



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

MARIA DO SOCORRO MARQUES VERAS

**A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA PRIVATIVA DE
LIBERDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF**

Brasília
2010

MARIA DO SOCORRO MARQUES VERAS

**A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA PRIVATIVA DE
LIBERDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Penal e Processual Penal Aplicado à Atividade Profissional dos Servidores do STJ.

Orientador: Prof. Dr. Luis Wanderley Gazoto

Brasília
2010

MARIA DO SOCORRO MARQUES VERAS

**A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA PRIVATIVA DE
LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito
Penal e Processo Penal Aplicado à
Atividade Profissional dos Servidores do
STJ.

Orientador: Prof. Dr. Luis Wanderley
Gazoto

Brasília, 3 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz

Prof.^a M.SC Eneida Orbage de Britto Taquary

Aos meus filhos Henrique e Laura, pelo carinho nos preciosos momentos em que estivemos juntos e pela compreensão nas horas em que estive ausente.

Ao meu marido e grande amigo Augusto, pela paciência, compreensão e incentivo, quando mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Ao servidor, Leuton Rodrigues da Silva, Gerente de Controle de Internos – GCI, da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal/SUSIPE, pela presteza no atendimento e no fornecimento dos dados utilizados na presente pesquisa.

Aos professores Luis Wanderley Gazoto, Eneida Taquary, Douglas Fischer, Álvaro Castelo Branco e Gilson Ciarallo, pois além dos preciosos ensinamentos souberam, também, cativar a admiração e conquistar a amizade.

Aos colegas de curso, pelo convívio caloroso e fraterno e pelo surgimento de grandes amizades.

Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.

Michel Foucault

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é verificar a real capacidade de ressocialização dos presos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Para tanto foram confrontados os dados obtidos no Sistema Penitenciário Nacional, divulgados por ocasião do Censo Penitenciário de 2009, com os dados do Sistema Penitenciário do DF, em especial a taxa de reincidência, que é considerada pela maioria dos estudiosos da execução penal, como a melhor forma de se avaliar a ressocialização dos presos. Quanto mais alta a taxa de reincidência, menor é o índice de ressocialização e vice-versa. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, com pesquisa em livros, periódicos, bem como na internet. Para a aferição da real situação do Sistema Penitenciário do DF, utilizou-se da coleta de dados junto ao Departamento Penitenciário Nacional DEPEN-MJ, bem como junto à Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF – SESIPE. Da análise e confronto dos dados do sistema nacional com os do sistema local, foi possível aferir a real capacidade de ressocialização dos presos submetidos à pena privativa de liberdade no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Foram abordadas importantes questões afetas à ressocialização como superpopulação penitenciária, trabalho e estudo do preso no DF e ações desenvolvidas pelo sistema local que podem ser consideradas como facilitadoras do processo de ressocialização. Ao término do trabalho pôde-se concluir que o Sistema Penitenciário do DF sofre das mesmas mazelas encontradas no Sistema Penitenciário Nacional, como superpopulação e alto índice de reincidência, que evidencia a falha do sistema na reinserção da pessoa do preso. Porém, verificou-se, também, que as deficiências do sistema local apresentam-se em menor proporção se comparadas ao sistema nacional. A superlotação do sistema local é consideravelmente menor e a reincidência apresenta-se com índice um pouco menor que o nacional. Apesar de todos os problemas, o Sistema Penitenciário do DF, através da atuação da FUNAP, que intermedia e firma convênios com a administração pública local, federal e com a iniciativa privada, pôde-se observar um considerável número de presos que trabalham e estudam, sendo que em algumas situações, sobram vagas de estudo e trabalho, que não chegam a ser preenchidas.

Palavras-chave: Pena. Privativa de liberdade. Ressocialização. Sistema Penitenciário do DF.

ABSTRACT

The aim of this study is to verify the real capacity of rehabilitation of prisoners in the prison system of the Distrito Federal. For this, we compared data obtained about the national prison system, released on the occasion of the Prison Census 2009, with the data of the prison system of the DF, particularly the rate of reincidence, which is considered by most students of penal execution as the best way to evaluate the rehabilitation of prisoners. The higher the recidivism rate the lower the level of resocialization, and vice versa. The methodology used was bibliographical review, with research in books, magazines, and the Internet. To measure the actual situation of the prison system of the DF, we used the collection of data from the National Penitentiary Department, DEPEN-MJ, as well as with the Office of Penitentiary System of DF - SESIPE. From analysis and comparison of data from the national system with local system, it was possible to assess the real capacity of rehabilitation of prisoners undergoing sentence of imprisonment in the prison system of the Distrito Federal. We addressed important issues affecting the resocialization, such as prison overcrowding, prison labor and education in the DF and actions developed by the local system that can be considered as facilitators of the process of socialization. Upon completion of the work, it was concluded that the DF prison system suffers the same problems found in the national prison system, such as overcrowding and high recidivism rate, which shows the system failure in the rehabilitation of the person arrested. However, it was also found that the deficiencies of the local system appeared in lower proportion compared to the national system. The overcrowding of the local system is considerably lower and the recidivism rate is a little lower than the national. Despite all the problems, the prison system of DF, through the activities of FUNAP, which mediates and signs agreements with local public administration, federal and private initiative, one could observe a considerable number of prisoners who work and study, and in some situations, there are vacancies in labor and education areas, which fail to be met.

Keywords: Penalty. Deprivation of liberty. Resocialization. Prison system in the Distrito Federal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE COMO SANÇÃO PENAL	11
1.1 Origem e evolução da pena de prisão em diferentes sociedades	11
1.2 Origem e evolução da pena de prisão no Brasil	16
2 O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	20
2.1 Regimes de cumprimento de pena	20
2.2 Sistemas penitenciários estaduais e distrital	25
2.3 Sistema penitenciário federal	26
2.4 Hospitais de custódia e tratamento	26
3 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	27
3.1 A função ressocializadora da pena privativa de liberdade	27
3.2 Direitos e garantias dos presos na LEP e na Constituição	28
3.3 O princípio da dignidade humana e a execução penal	30
4 A REALIDADE DO CÁRCERE	37
4.1 O censo penitenciário nacional de 2009	37
4.1.1 Perfil da população penitenciária brasileira	37
4.1.2 A reincidência no sistema penitenciário nacional	38
4.1.3 A busca da ressocialização	38
4.2 O sistema prisional do DF	40
4.2.1 Estrutura do sistema prisional do DF	40
4.2.2 População penitenciária do DF	42
4.2.3 Perfil da população penitenciária do DF	42
4.2.4 Estudo do preso no DF	43
4.2.5 Trabalho do preso no DF	43
4.2.6 Convênios firmados no âmbito do sistema prisional do DF	43
4.2.7 A remissão da pena pelo estudo	44
4.2.8 A ressocialização e a reincidência no DF	45
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A - Portaria 005/2002 – VEC/DF	52
ANEXO B – DEPEN/MJ – Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos – DF - Setembro/2010	55

ANEXO C – Dados do Sistema Penitenciário do DF.....	60
--	-----------

INTRODUÇÃO

Diante da crescente violência e aumento da criminalidade, muito se discute, nos meios acadêmicos, acerca da falência do sistema prisional brasileiro e da sua incapacidade de cumprir a principal função da pena privativa de liberdade, qual seja, a ressocialização da pessoa do preso. Os meios de comunicação e o senso comum têm propagado que ao contrário de ressocializar e preparar o preso para o retorno ao convívio social, os presídios têm funcionado como verdadeiras “escolas do crime”, aumentando a marginalização e resultando na prática de crimes cada vez mais graves do que aqueles que motivaram o primeiro encarceramento do indivíduo.

O presente estudo se propõe a averiguar a capacidade do sistema prisional, em especial do Sistema Penitenciário do DF, de cumprir sua finalidade ressocializadora. Utilizar-se-á do critério objetivo da reincidência, bem como de outros dados como trabalho e estudo do preso no sistema prisional. Para tanto, serão confrontados os dados divulgados pelo Censo Penitenciário Nacional de 2009, elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/ MJ, com os dados pesquisados no sistema local.

Os objetivos do presente trabalho são: compreender a importância da função ressocializadora da pena privativa de liberdade e da vinculação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana à execução da pena; averiguar a real possibilidade de ressocialização no sistema prisional do DF.

Para alcançar esses objetivos, procedeu-se da seguinte maneira: inicialmente, através de pesquisa bibliográfica, buscou-se traçar um panorama geral a respeito da pena privativa de liberdade, incluindo uma perspectiva histórica da pena e uma abordagem da importância do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e a necessidade de sua estrita observância na execução penal. Através da coleta e análise de dados referentes ao sistema prisional nacional e local, buscou-se aferir se, no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, efetivamente, ocorre a ressocialização dos presos.

Esperamos demonstrar com este estudo a importância do desenvolvimento de políticas públicas, em especial as voltadas para o trabalho, profissionalização e estudo da pessoa presa, e que efetivamente busquem implementar a função ressocializadora da pena privativa de liberdade, pois diante do quadro que se apresenta, tal desiderato não passa de um mito.

O presente trabalho foi então estruturado em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma abordagem histórica evolutiva da pena de prisão, passando pelas idades antiga e média, culminando na idade atual, onde a prisão passou a ser considerada como a pena por excelência, tanto em nosso ordenamento jurídico, como na legislação da maioria dos países do mundo moderno. O segundo capítulo proporciona uma análise sobre o sistema penitenciário brasileiro, com abordagem sobre os regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade e os sistemas penitenciários estaduais, distrital e federal. No terceiro capítulo, discorremos sobre a Lei de Execução Penal e a Constituição da República Federativa do Brasil, na parte que interessa à execução da pena, abordando a função ressocializadora da pena privativa de liberdade, os direitos e garantias dos presos e o princípio da dignidade da pessoa humana e sua necessária observância na execução penal. No quarto e último capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada com os dados pesquisados no Censo Penitenciário Nacional e seu confronto com os dados obtidos no sistema prisional do Distrito Federal. Buscaremos mapear a real situação do cárcere tanto em nível nacional quanto em nível local. Através da análise e confronto dos dados concluiremos acerca do cumprimento da função ressocializadora no sistema prisional do DF.

1 A PRIVAÇÃO DA LIBERDADE COMO SANÇÃO PENAL

1.1 Origem e evolução da pena de prisão em diferentes sociedades

As instituições penais surgiram em decorrência das exigências do próprio homem, ante a necessidade de imposição coercitiva de um ordenamento jurídico, que pudesse assegurar a paz e a tranquilidade à convivência social. O direito de punir do Estado é inerente ao próprio contrato social, pois os indivíduos que integravam o grupamento social, quando do surgimento da Sociedade Política, tiveram que abdicar de suas liberdades individuais e firmaram um pacto social, segundo o qual todos ficariam protegidos por um ente político, que seria responsável pelo bem de toda a coletividade. Nas palavras de Rousseau (1997, p. 12), as conseqüências de tal acordo são: “o que o homem perde pelo contrato social é sua liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que tenta e pode alcançar; o que vem a ganhar é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui”.

Contudo, a origem das penas é anterior à própria criação da sociedade organizada, remontando aos mais antigos grupamentos de homens. Inicialmente a prisão não era vista como uma pena em si mesma. Muitas vezes era tida apenas como uma transição à pena imposta, como nos casos de encarceramento para execução de futura pena de morte ou de degredo. Usava-se o cárcere a princípio, para guardar escravos e prisioneiros de guerra. A prisão servia tanto para custódia como também para a prática das mais variadas formas de tortura, que eram legais e utilizadas como meio de produção de provas (Carvalho Filho, 2002, p. 20). As penas eram utilizadas, principalmente, para causar a intimidação, a exemplaridade e a eliminação. O objetivo da pena era causar dor, sofrimento e penitência. Nesse período a idéia de pecado e de crime estavam intimamente ligados, havendo a necessidade de purificação dos homens que cometessem tanto um quanto o outro (Marcondes, 2001, p. 8).

Nas palavras de Bitencourt (2001, p. 4):

Até fins do século XVIII a prisão serviu somente aos objetivos de contenção e guarda de réus, para preservá-los fisicamente até o momento de serem julgados ou executados. Recorria-se, durante esse longo período histórico, fundamentalmente, à pena de morte, às penas corporais (mutilações e açoites) e às infamantes.

Por isso, a prisão era uma espécie de ante-sala de suplícios. Usava-se a tortura, freqüentemente, para descobrir a verdade.

Carvalho Filho (2002, p. 21) compartilha do mesmo pensamento acima exposto, ao afirmar:

O cárcere sempre existiu, todavia sua finalidade não era como a de hoje. Destinava-se à guarda de escravos e prisioneiros de guerra. Em matéria penal servia basicamente, para a custódia de infratores à espera da punição aplicada e do próprio julgamento, para que não fugissem e para que fossem submetidos à tortura.

As primeiras penas eram aplicadas de forma cruel, carregadas de cunho emocional e religioso, sendo as punições estabelecidas pelo próprio grupo aos infratores das normas coletivas. Os grupos sociais dessa época eram envoltos por um ambiente mágico e religioso e até os fenômenos naturais como a peste, a seca, inundações e erupções vulcânicas eram considerados como castigos divinos, aplicados pelos deuses, como forma de punição pela prática de atos que exigiam a reparação do grupo (Costa, 1999, p. 15).

Nos primórdios da humanidade, as principais penas aplicadas eram o escárnio, a zombaria, a expulsão da comunidade, a vingança de grupo contra grupo e a pena de morte, a qual consistia na destruição do homem, eliminando-o da comunidade e evitando que ele viesse a cometer novos delitos, conturbando a paz social. Utilizavam-se também de calabouços, castelos velhos, aposentos em ruínas, torres insalubres, conventos abandonados e outros edifícios.

Nas palavras de Minhoto (2000, p. 27):

Todas as formas de pena cominadas, ou postas à disposição da escolha do juiz, tinham acentuada função de “exemplaridade”, assim desdobrável: o “exemplo” do castigo, do sofrimento, da humilhação, da infâmia, da morte do condenado, deveria ser intimidativo; a intimidação devia ser salutar contra estímulo para o delito.

No referido período histórico, aplicavam-se castigos violentos e humilhantes, com a finalidade declarada de purificar a alma do criminoso, mas que tinham a intenção de intimidar. O criminoso estaria com a alma condenada, devendo, para alcançar a bem-aventurança, submeter-se aos cruéis suplícios aplicados pelos sacerdotes.

Barbosa (1997, p. 9) destaca as principais penas aplicadas:

Assim, tinha-se a *vivicrematio*, a *condemnatio ad bestias*, o empalamento, a asfixia por imersão, o enterramento vivo, a decapitação, a crucificação, o esquartejamento, a lapidação. Outras penas consistiam em mutilações: castração, o corte das mãos do ladrão. Outras, em castigos, como o açoite. Outras tantas, a irrisão: como a marca a fogo. E, ainda, as penas infamantes, como a maldição.

Na China, há cerca de seis mil anos antes de Cristo, há relatos de que prevalecia uma legislação extremamente severa, sendo o homicídio considerado um dos delitos mais graves, punido com a pena de morte e executada de várias maneiras. O imperador Sun publicou suas leis penais com o título *Leis das Cinco Penas*, assim distribuídas: para o furto e lesões pessoais, a amputação de um ou dos dois pés; para o estupro, a castração; para o estelionato, a amputação do nariz e para os delitos menores, a marca de ferro na testa (Zaffaroni e Pierangeli, 2004, p. 176).

No Egito, como em quase todos os países da antiguidade, o Direito Penal fundava-se na teocracia. As condutas que ofendiam os costumes religiosos ou o Faraó eram punidas com a pena de morte, que poderia ser aplicada de forma simples ou qualificada, modalidade que empregava diversas formas de tortura. A pena de morte poderia ser aplicada por meio de enforcamento, crucificação, e decapitação, podendo passar da pessoa do condenado para os pais, filhos ou irmãos. Poderiam ser aplicadas diversas outras penas cruéis, como mutilação, desterro, escravidão ou trabalhos forçados. Para o crime de falsificação era aplicada a pena de amputação das mãos, para o estupro a castração e para a revelação de segredos aplicava-se a amputação da língua. (Zaffaroni e Pierangeli, 2004, p. 177).

Na Idade Média, profundamente marcada pela influência religiosa, crime e pecado estavam intimamente ligados, chegando mesmo a se confundirem. Nesse período de grande confusão social e profundos embates acerca do exercício do poder, tanto que é considerada por muitos historiadores como “a noite negra da história da humanidade”, a crueldade das punições não encontra precedentes. Elas variam desde a pena de morte, os suplícios, o degredo, os açoites, as amputações, as galés, a pena de trabalhos forçados e confisco dos bens (Focault, 2001, p. 24).

Nessa época, não havia nenhuma preocupação com as condições do cárcere, no que se refere à sobrevivência humana. O que realmente importava, era que ele fosse inexpugnável (Carvalho Filho, 2002, p. 21). Nesse período, as penas não passavam de um ato de vingança, sem a menor proporcionalidade entre o crime e a reprimenda. O cometimento de um crime era visto como uma agressão física ao soberano e a reprimenda, era tida mais com uma vingança do que a concretização do clamor público por justiça.

Segundo Bitencourt, na Idade Média, a privação da liberdade mantém o caráter eminentemente custodial, apresentando, ainda, as seguintes características (2001, p. 9):

As sanções criminais na idade média estavam submetidas ao arbítrio dos governantes, que as impunham em função do *status* social a que pertencia o réu. Referidas sanções podiam ser substituídas por prestações em metal ou espécie, restando a pena de prisão, excepcionalmente, para aqueles casos em que os crimes não tinham suficiente gravidade para sofrer condenação à morte ou a penas de mutilação.

Durante os séculos XVI e XVII, a Europa experimenta um crescimento desmesurado da pobreza, motivado pelas guerras, sobretudo as religiosas. Na França, os pobres já somavam quase um quarto da população, que subsistia de esmolas, pequenos furtos, roubos e assassinatos. Com o aumento crescente da miséria e da delinqüência dela originada, a pena de morte passou a ser uma solução pouco viável, pois não se podia aplicá-la a tantas pessoas e não respondia mais aos anseios de justiça (Bitencourt, 2001. p. 15). Já na segunda metade do século XVI iniciou-se o desenvolvimento das idéias que buscavam instituir a privação da

liberdade como pena, com a construção de prisões organizadas para a correção dos apenados.

Fundamentadas nas preocupações com o desenfreado crescimento do número de mendigos em Londres, pequenas minorias e grupos religiosos, criaram instituições de correção de grande valor histórico, que recolhiam os vagabundos, os ladrões e os autores de pequenos delitos. Depois dessa primeira experiência exitosa, surgiram em vários locais da Inglaterra, as *houses of correction* ou *bridwells*, que receberam tal denominação em razão da utilização do Castelo de Bridwell, para instalação da primeira casa correicional. As instituições tinham por finalidade a correção dos delinqüentes por meio do trabalho e da férrea disciplina. Já no século XVII, surgem as *houseworks*, casas de trabalho, que se utilizando dos mesmos princípios das *bridwells*, com uma ênfase ainda mais acentuada no trabalho como forma de correção dos criminosos, acabaram por comprovar as íntimas relações que existem, pelo menos nas suas origens, entre a prisão e utilização da mão-de-obra do recluso (Bitencourt, 2001, p. 17).

Em Amsterdam, no final do século XVI e início do século XVII, surgem casas de correção para homens, mulheres e jovens que, nos mesmos moldes do sistema britânico, tratavam da pequena delinqüência. Aos que cometiam crimes mais graves subsistia a aplicação de outras penas, como pena de morte, exílio ou penas corporais. As casas de trabalho e de correção, apesar de se destinarem apenas para os delinqüentes que praticaram crimes de menor gravidade, assinalavam o surgimento da pena privativa de liberdade, nos moldes como é conhecida atualmente. A correção dos detentos era buscada através do trabalho constante, do castigo corporal e da instrução religiosa (Bitencourt, 2001, p. 17-18).

Porém, somente no século XVIII, com os estudos das escolas penais clássica e positiva, a privação da liberdade se concretizou em relação a outras formas de punição. Aníbal Bruno, destacando o principal expoente da escola clássica, consigna (2003, p. 50):

BECCARIA reclama que o Direito Penal seja certo, as leis claras e precisas, o juiz não admitido sequer a interpretá-las, mas os aplicá-las nos seus escritos termos, exigência com que reagia contra o arbitrário da justiça

penal na época. Funda-se para isso no contrato social [...] de que a sociedade e a ordem jurídica resultaram da livre renúncia de uma parte mínima da liberdade de cada *socius*, não só para assegurar o bem comum, mas para permitir a cada um deles gozar em segurança aquela parte maior da própria liberdade que reservara para si mesmo. O Direito Penal é constituído por aquele conjunto de pequenas porções da liberdade assim livremente renunciadas e postas em depósito público. “Todas as penas que ultrapassam a necessidade de conservar esse vínculo são injustas por sua própria natureza” [...].

O critério para medir a responsabilidade penal do agente não é a sua intenção, nem a gravidade do seu pecado. Será apenas o dano que do seu crime resulte para a sociedade.

Houve uma evolução significativa, pois as punições passaram a ser executadas de forma limitada e não mais desproporcionalmente como ocorria na idade antiga e média. Dotti (2004, p. 126) lembra que:

A História registra que somente através de um demorado processo de evolução o Estado consegue acabar com as guerras entre as famílias e para tanto contribuiu o sistema de composições como força apaziguadora. Porém, o Estado que limita o poder individual ou familiar de castigar e que restringe a vingança para regular as composições, em determinado período de seu desenvolvimento, acaba substituindo-as por um novo sistema repressivo. Surge, então, a pena de natureza afliitiva e com caráter de expiação visando à exemplaridade. É o tempo em que o poder público assume a titularidade exclusiva da reação contra o delito e passa a exercer o chamado *jus puniendi*, o direito subjetivo de punir, com as mais variadas formas de sanção.

1.2 Origem e evolução da pena de prisão no Brasil

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, já existiam formas de punição entre as tribos indígenas e há indícios de que estas sofreram modificações ao longo do tempo, variando de tribo para tribo.¹

Conforme Zaffaroni e Pierangeli (2001, p. 206):

As primeiras normas jurídicas que vieram de Portugal e foram aplicadas no Brasil possuíam várias características advindas do direito consuetudinário, os crimes e as penas foram introduzidas nas leis e posturas e também nas ordenações como uma espécie de compilação legislativa, as penas previstas tinham por objetivo castigar o criminoso e intimidar os demais indivíduos, para que eles não retornassem a praticar delitos.

¹ MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. **Evolução histórica da inimizabilidade penal: uma abordagem cronológica da loucura na humanidade e seus reflexos na legislação criminal brasileira até o Código de Piragibe**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1017, 14 abr. 2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/8234>. Acesso em: 19 set. 2010.

As ordenações Manuelinas vigoraram entre 1521 e 1569. A reforma das ordenações Afonsinas teve início por volta de 1505 e em 1521, com poucas alterações, estas foram substituídas por ordem de Dom Manuel, então rei de Portugal, pelas Ordenações Manuelinas, que foram elaboradas e editadas pelo rei lusitano, com 113 títulos e a inclusão de toda a legislação extravagante publicada e não codificada nas ordenações anteriores. As Ordenações Manuelinas foram as primeiras a ter um código publicado pela imprensa.²

O Código de Dom Sebastião vigorou entre 1569 e 1603. Em 1569, Dom Sebastião - pediu a Duarte Nunes de Leão que todas as leis fossem reunidas em uma espécie de coletânea, facilitando assim sua aplicação. Este trabalho originou, em 14 de fevereiro do mesmo ano, um conjunto de Leis Extravagantes. Para parte dos estudiosos a citada coleção integrou as Ordenações Manuelinas, entretanto para outros estudiosos Incluindo, Magalhães Noronha, o Código de Dom Sebastião, que revogou as Ordenações Manuelinas.³

As ordenações Filipinas vigoraram entre 1603 e 1830. As ordenações Filipinas foram publicadas em nome de Felipe II, em 1603, e pregavam a utilização da justiça privada somente em alguns casos, visando fortalecer, assim, a justiça pública. A vingança privada era admitida em caso de morte para a adúltera e seu parceiro, e também quando houvesse admissão da vingança particular ocasionada pela perda da paz. Após a independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro em 1822, o imperador D Pedro I outorgou a Constituição Imperial em 25.03.1824, que previa a criação de um Código Criminal – art. 179, inciso XVIII.⁴

²MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. **Evolução histórica da inimizabilidade penal: uma abordagem cronológica da loucura na humanidade e seus reflexos na legislação criminal brasileira até o Código de Piragibe.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1017, 14 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8234>>. Acesso em: 19 set. 2010.

³MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. **Evolução histórica da inimizabilidade penal: uma abordagem cronológica da loucura na humanidade e seus reflexos na legislação criminal brasileira até o Código de Piragibe.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1017, 14 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8234>>. Acesso em: 19 set. 2010.

⁴ MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. **Evolução histórica da inimizabilidade penal: uma abordagem cronológica da loucura na humanidade e seus reflexos na legislação criminal brasileira até o Código de Piragibe.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1017, 14 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8234>>. Acesso em: 19 set. 2010.

Em 1830, foi editado o primeiro Código Criminal do Império, com a prevalência da pena de prisão sobre as demais modalidades punitivas. Nesse Código, a pena de morte restringia-se aos casos de homicídio, latrocínio e insurreição de escravos. O Código trouxe importante inovação, pois antes a pena de morte encontrava-se prevista para mais de 70 (setenta) tipos de infrações. Com o Código, institui-se o trabalho obrigatório nas prisões, porém, as condições carcerárias, segundo Carvalho Filho (2002, p. 50) eram “imundas, pestilentas e infectadas”.

Durante o período imperial, iniciam-se mudanças no sistema penitenciário, com a criação de colônias penais marítimas, agrícolas e industriais. A pessoa do criminoso começa, então, a ser estudada de forma científica, passando a ser visto, segundo Carvalho Filho (2002, p. 34) “como um doente, a pena como um remédio e a prisão como um hospital”. A prisão poderia ser de três tipos: prisão perpétua com trabalhos forçados, prisão com trabalhos forçados e a prisão simples. Em 15 de novembro de 1889, houve a proclamação da República e após essa data ocorreram transformações importantes na legislação e na sociedade brasileira no decorrer dos anos. Dentre as principais transformações podemos destacar as promulgações do Código Penal de 1890, o Código Republicano, que abandona as penas corporais, ampliando o leque das prisões privativas de liberdade. Passam a vigorar a reclusão para crimes políticos, a prisão disciplinar para menores vadios até a idade de 21 anos em estabelecimentos industriais, a prisão para vadios e capoeiras em penitenciárias agrícolas. Os capoeiras eram considerados “malfeitores”. Destacam-se, também, a consolidação das leis penais de 1932, o Código Penal de 1940, com as alterações significativas sofridas em 1977 e em 1984. Foram criadas duas Penas Privativas de Liberdade. Para os crimes mais graves, a Reclusão, com prazo máximo de 30 anos e, a Detenção, com prazo máximo de três anos para crimes de menor gravidade (Carvalho Filho, 2002). Em 1977, a reforma do Código Penal ampliou os casos de *sursis*, instituiu a prisão-albergue e estabeleceu os atuais regimes de cumprimento da pena de prisão, quais sejam: o Regime Fechado, o Semi-Aberto e o Aberto. Em 1984, nova reforma institui outras medidas alternativas. No Brasil, atualmente, existem três tipos de pena, que são: a

Pena Privativa de Liberdade, as Penas Restritivas de Direitos e a Pena de Multa. Com a Lei 7.209 de 1984, instituiu-se a Lei de Execução Penal.⁵

Com relação às promulgações e alterações constitucionais, destacam-se respectivamente as dos anos: 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, e 1988⁶. Cada mudança na legislação teve uma ênfase distinta e relevante no que diz respeito aos direitos e deveres dos apenados.

⁵**Códigos Penais do Brasil.** Disponível em: <<http://estudosdedireitopenalpartegeral.blogspot.com/2009/05/codigos-penais-do-brasil.html>>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

⁶**Histórico das Constituições Brasileiras.** Disponível em: <http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_id=1897>. Acesso em: 14 de setembro de 2010.

2 O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

2.1 Regimes de cumprimento de pena

De acordo com o artigo o art. 33 do Código Penal Brasileiro, “a pena de prisão pode assumir a forma de reclusão ou detenção, bem como pode ser cumprida em três regimes prisionais: fechado, semi-aberto e aberto, cada qual com regras próprias e estabelecimentos adequados”⁷.

O regime inicial fechado é destinado ao condenado à pena superior a oito anos de reclusão e deve ser cumprido em estabelecimento de segurança máxima ou média (penitenciária), sujeitando-se o recluso a trabalho interno no período diurno, de acordo com as suas aptidões ou ocupações anteriores, desde que haja possibilidade, além de isolamento durante a noite. O trabalho externo somente é admitido em serviços ou obras públicas, acompanhado das cautelas necessárias contra fuga (art. 34, § 3º, Código Penal Brasileiro e art. 36 da Lei de Execução Penal).

O regime inicial semi-aberto abriga, em regra, o condenado primário, cuja pena seja superior a quatro anos e não exceda a oito. O reeducando fica sujeito a trabalho em comum durante o dia, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento semelhante. Admite-se o trabalho externo, bem como a frequência a cursos acadêmicos e de capacitação (art. 35 do Código Penal Brasileiro).

O regime semi-aberto é o meio-termo entre o regime fechado – que dispõe de aparatos físicos e materiais que lhe garante segurança máxima primando pela disciplina, e evitando as fugas - e a prisão aberta - despida de aparato semelhante, baseada no senso de responsabilidade dos presos. É uma transição entre o regime fechado e o regime de quase liberdade. Funda-se o regime semi-aberto na consciência do apenado, que o leva a cumprir sua pena, trabalhar e não

⁷ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei N.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

buscar a fuga, como condições necessárias para avançar ainda mais na busca da total liberdade.

O regime inicial aberto destina-se, em regra, ao condenado primário, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos (art. 33, § 2º, alínea “c”, Código Penal Brasileiro). Fundamenta-se na consciência do apenado que deverá manter suas atividades durante o dia e se recolher durante a noite e nos dias em que estiver de folga (art. 36, § 1º, Código Penal Brasileiro).

O conjunto arquitetônico a abrigar reeducandos em regime aberto é a Casa do Albergado, em regra deve situar-se em centros urbanos, e não possuir obstáculos físicos contra a fuga, bem como contar com espaços destinados a palestras e cursos (arts. 94 e 95 da Lei de Execução Penal).⁸

Ressalte-se que, conforme determinam o art. 33, § 2º, do Código Penal Brasileiro e o art. 112 da LEP, as penas de prisão deverão ser executadas progressivamente, de acordo com o merecimento do condenado. Assim, desde que preenchidos requisitos de ordem objetiva e subjetiva, o reeducando poderá ser transferido para regime prisional mais brando, como etapa sucessiva em direção à total liberdade.

Da mesma forma, pode haver a regressão do regime prisional, conforme o art. 118 da LEP, desde que o condenado pratique crime doloso ou falta grave, sofra condenação pela prática de delito anterior, em que a sanção, somada ao restante da pena em questão, torne incabível o regime prisional. Regride ainda o reeducando do regime aberto para qualquer dos mais rigorosos se, além das hipóteses já citadas, atrapalhar os fins da execução ou mesmo tendo condições, deixar de pagar a multa cumulativamente imposta (§ 1º do art. 118, da LEP) .

⁸ BRASIL. Lei n, 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 30 de setembro de 2010.

Há que se discorrer, ademais, sobre os regimes prisionais mais gravosos, decorrentes das exigências repressivas que crescem à mesma proporção que a criminalidade e a violência tomam conta da sociedade.

Como destaca Rodrigues (2001, p. 5):

Vive-se um período histórico em que 'os níveis de politização e dramatização são extraordinariamente elevados', o que acaba gerando a 'conversão do delinqüente em um inimigo' e fortalecendo 'o reclamo por um arsenal de meios efetivos contra o crime e de repressão à violência'.

É nesta direção, portanto, que os legisladores, pressionados pela opinião pública, na maioria das vezes insuflada pela mídia sensacionalista, estabeleceram formas mais rigorosas de cumprimento da pena de prisão, elaborando verdadeiras aberrações jurídicas, atentatórias aos direitos fundamentais: o regime integralmente fechado e o regime disciplinar diferenciado.

O regime integralmente fechado chegou a ser previsto pela Lei 8.072/90 – Crimes hediondos, para os crimes elencados no art. 1º deste diploma legal, bem como aos crimes equiparados a hediondos, elencados no art. 5º, XLIII, com exceção do crime de tortura, para o qual legislação específica - Lei nº 9.455/97, estabeleceu o regime inicialmente fechado. Assim - de acordo com a chamada Lei de Crimes Hediondos - fechava-se a possibilidade do sistema progressivo para os crimes nela descritos e os a estes equiparados (Art. 2º, §1º, Lei dos Crimes Hediondos).⁹

Esta disposição, que constituía um óbice à progressão, por muito tempo permaneceu considerada constitucional por entendimento do Supremo Tribunal Federal. Esta mesma Corte Suprema, entretanto, em março de 2006, ao julgar o Habeas Corpus n. 82.959-7/SP, decidiu, por maioria apertada (6x5), por sua inconstitucionalidade, por afronta direta ao princípio da individualização da pena. Embora tal decisão tenha ocorrido em sede de controle difuso, tratou-se de importante precedente, integralmente recebido pelas decisões que se seguiram no STF e STJ a respeito da matéria.

⁹ SALGADO, Gustavo Vaz. **Comentários à Lei dos Crimes Hediondos**. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2000/art11.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2010.

Em razão destas reiteradas decisões, que afastaram o óbice à progressão de regime, os condenados por crime hediondo ou equiparado estavam progredindo de regime com o cumprimento de um sexto da pena, como determina, genericamente, o art. 112 da LEP.

Diante da flagrante inconstitucionalidade da Lei de Crimes Hediondos, ao vedar a progressão de regime, o Congresso Nacional aprovou uma nova lei abrigoando a possibilidade de progressão de regime para os crimes hediondos, mas exigindo como requisito objetivo o tempo de cumprimento de dois quintos da pena para os criminosos primários e três quintos para os reincidentes.

Esta lei que alterou a Lei de Crimes Hediondos, a saber, Lei nº 11.464, de 29 de março de 2007, revogou a disposição que estabelecia o regime integralmente fechado, prevendo a necessidade, para os praticantes de crimes hediondos ou equiparados, de início de cumprimento da pena em regime fechado. Entretanto, repise-se, tal fato decorreu, da decisão do STF, que oportunizou aos condenados por crime hediondo, em razão das decisões que se seguiram, tanto no STJ como no STF, a progressão de regime com cumprimento de um sexto da pena.

Na seqüência histórica do recrudescimento da repressão em detrimento da ressocialização, como mais um grande marco do movimento denominado “Lei e Ordem” que costuma, de tempos em tempos, acometer de forma arrebatadora o Brasil, estabeleceu-se a previsão do Regime Disciplinar Diferenciado, disciplinado na Lei n. 10.792, de 1.12.2003, que alterou o art. 52 da LEP.

São hipóteses de aplicação do RDD:

- 1) como sanção disciplinar, em decorrência de falta grave ocasionada em crime doloso. Trata-se do poder sancionatório do Estado, com a finalidade de manter a ordem na prisão, instrumento recomendado a casos de rebeliões, que culminam em crimes dolosos graves;
- 2) para os presos que demonstrem periculosidade (art. 52, §1º). Trata-se de medida de caráter cautelar, a fim de se precaver contra a periculosidade desses presos. Questiona-se a constitucionalidade por afrontar o princípio da presunção de inocência, mormente em relação aos presos provisoriamente.
- 3) para os condenados ou presos provisórios que sejam suspeitos de integrar organizações criminosas, quadrilha ou bando (Art. 52, § 2º, LEP). É a Reação do estado no combate ao crime organizado tem como objetivo

dificultar a atuação das organizações criminosas, reconhecidamente infiltradas no aparelho estatal e com grande rede de comunicação dos integrantes presos com o mundo exterior, chegando estes a comandar as ações dos criminosos que estão fora.¹⁰

De acordo com os incisos do art. 52 da LEP, as severas medidas às quais poderão ser submetidos os presos em regime disciplinar diferenciado são:

- I) limite de duração de trezentos e sessenta dias, com possibilidade de repetição quando ocorrer falta grave, até no máximo um sexto da pena;
- II) recolhimento em cela isolada;
- III – recebimento de visitas semanais de duas pessoas, e mais as crianças, com duração de duas horas;
- IV – Direito a sair da cela por 2 horas diárias para banho de sol¹¹.

O estabelecimento que tem por finalidade recolher os presos provisórios é a cadeia pública. O art. 103 da LEP exige que cada comarca tenha, pelo menos, uma cadeia pública a fim de resguardar o interesse da justiça e a permanência do preso perto de sua família.

A respeito dos benefícios que pode alcançar o condenado, tornando-o mais próximo da total liberdade, destaca-se o livramento condicional, previsto nos arts. 83 a 90 do Código Penal Brasileiro, bem como nos arts. 131 a 146 da LEP. Tal benefício poderá ser concedido pelo magistrado da execução, desde que observados determinados requisitos objetivos e subjetivos. São requisitos objetivos (art. 83 do Código Penal Brasileiro):

- a) pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos; b) cumprimento de parte da pena: mais de um terço para não reincidente em crime doloso; mais de metade para reincidente; mais de dois terços para condenado por crime hediondo ou equiparado; vedação do livramento condicional ao reincidente específico em crime hediondo. c) reparação do dano causado pelo delito, salvo impossibilidade de reparo.¹²

Os requisitos subjetivos, elencados no art. 83, do Código Penal Brasileiro são:

¹⁰ **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça**, no Parecer exarado em 10 de agosto de 2004

¹¹ BRASIL. Lei n, 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 20 de setembro de 2010.

¹² BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei N.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.

a) possuir bons antecedentes para receber o benefício com mais de um terço de cumprimento de pena, desde que não reincidente; b) comportamento satisfatório durante a execução da pena. A prova deste requisito geralmente é feita mediante parecer de bom comportamento ou Exame Criminológico; c) bom desempenho no trabalho; d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho lícito; e) avaliação pessoal que demonstre que o liberto não irá delinquir outra vez (ausência de periculosidade): somente para aqueles que cometeram crime doloso com violência ou grave ameaça¹³.

De acordo com o estabelecido no art. 132 da LEP, o magistrado determinará as condições a que fica subordinado o condenado, beneficiado pela liberdade condicional, a saber:

a) manter ocupação lícita, b) comunicar periodicamente ao magistrado sua ocupação; c) não mudar de domicílio, sem prévia autorização. Outras condições podem ser facultativamente apostas, desde que compatíveis com o cumprimento da pena e afinadas com o respeito à dignidade do reeducando. Estas são as condições gerais nas quais devem ser cumpridas as penas privativas de liberdade no Brasil.¹⁴

2.2 Sistemas penitenciários estaduais e distrital

O Brasil possui vários sistemas penitenciários, pois cada governo estadual, assim como o governo do Distrito Federal, administra um sistema penitenciário com uma estrutura organizacional que os distingue. Cada unidade da federação possui ainda forças policiais próprias e algumas possuem, também, legislações complementares de execução penal. A independência que os estados possuem ao estabelecerem suas próprias políticas penais reflete na distinção entre os entes federados no que diz respeito a níveis de superlotação em estabelecimentos penais, gastos com presos e vencimentos dos agentes penitenciários. Por meio de suas Secretarias de Justiça cada unidade da federação administra seu próprio Sistema Prisional, a LEP recomenda que o Sistema Prisional de cada Estado tenha sua própria Secretaria. Alguns estados seguem essa recomendação, no entanto outros estados não seguem e mantém tanto seus presídios quanto suas delegacias sob o controle de suas Secretarias de Segurança Pública, diferenciando assim os sistemas penitenciários¹⁵.

¹³ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei N.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/decreto-lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.

¹⁴ BRASIL. Lei n, 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.

¹⁵ Disponível em: < <http://www.mj.gov.br> >. Acesso em: 16 de Setembro de 2010.

2.3 Sistema penitenciário federal

A Lei de Execução Penal determina a construção e o funcionamento de presídios federais. Os presídios federais são destinados ao encarceramento de criminosos de alta periculosidade. Tal medida garante um isolamento maior dos líderes do crime organizado e aliviam a periculosidade nos sistemas carcerários estaduais e distrital.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o primeiro presídio federal foi inaugurado em junho de 2006, em Catanduvas - Paraná, com capacidade para 208 detentos em celas individuais, estruturadas em quatro módulos. O órgão afirma que os equipamentos de segurança utilizados nos estabelecimentos penitenciários federais são de última geração. Dentre eles, merecem destaque: aparelhos de Raios-X, de coleta de impressão digital, detectores de metais e espectrômetros (aparelhos que identificam vestígios de drogas, armas e explosivos)¹⁶.

2.4 Hospitais de custódia e tratamento

A finalidade dos hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico é para a internação de infratores que por doença ou deficiência mental na época do cometimento do crime não podem ser conduzidos à penitenciária comum e para presos que durante o cumprimento de suas penas adquirem doença mental. Os infratores ficam sob responsabilidade da autoridade médica e passam a depender de exame psiquiátrico para readquirirem a liberdade, sendo que em muitas vezes a internação pode se prolongar e dependendo da situação pode se perpetuar.

¹⁶ Disponível em: < <http://www.mj.gov.br> >. Acesso em: 16 de Setembro de 2010.

3 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

3.1 A função ressocializadora da pena privativa de liberdade

Dentre as finalidades da pena privativa de liberdade destaca-se o caráter ressocializador, que é o responsável por devolver o preso reintegrado e apto ao convívio social. Conforme Thompson (2002, p. 3):

A pena de prisão se caracteriza por vários elementos que mesclados formam a finalidade da mesma, entre estes elementos destaco obviamente a punição do criminoso, a prevenção de outros crimes e também a ressocialização do criminoso com o objetivo de torná-lo apto para o convívio em sociedade.

Se os dispositivos legais fossem cumpridos, certamente possibilitariam a reintegração de grande parte da população carcerária. A Lei de Execução Penal, assim dispõe em seu art. 3º e parágrafo único: “Ao preso e ao internado serão garantidos todos os direitos que a sentença ou a lei não atingirem. Parágrafo único. Não haverá qualquer forma de discriminação”. Prevê, ainda, em seu art. 4º, “O Estado deverá atuar em conjunto com a população para realizar a ressocialização do apenado”.

Segundo Moreira (2004, p. 12), o detento, embora possa não ter conhecimento para compreender a complexidade do fenômeno da ressocialização, na maioria das vezes sabe que foi condenado porque violou uma norma.

Desta forma, para Dimenstein (1999, p.38), “o detento entende que a lei tem a função de proteger uma espécie de valor e foi punido justamente por violar esse valor.” É essa experiência que o preso adquire no decorrer do processo, ele percebe que tem que honrar seu compromisso com a sociedade.

Conforme o entendimento de Mirabete (2000, p. 40), a Lei de Execução Penal “é o instrumento através do qual o condenado preso reelabora o pacto social quebrado.”

Na Constituição da República de 1988, a pena adquiriu certas características, dentre os quais se destacam: a) o caráter personalíssimo, pois nenhuma pena passará da pessoa do condenado (art. 5º, inciso XLV); b) submissão ao princípio da legalidade (art. 5º, incisos II e XXXIX); c) proporcionalidade e individualização em relação ao crime praticado (art. 5º, inciso XLVI); d) irretroatividade em prejuízo do réu (art. 5º, inciso XL); e) limitação das penas (art. 5º, inciso XLVII).

3.2 Direitos e Garantias dos presos na LEP e na Constituição Federal

A Lei n. 7210 - Lei de Execução Penal - LEP, instituída em 11 de julho de 1984, preceitua em seu artigo 1º: “A execução penal tem como objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Em seu artigo 3º, assegura ao condenado ou internado todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela Lei e em seu parágrafo único, preconiza a não distinção, seja racial, social, religiosa ou política.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, prevê:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No inciso XLVI preconiza: “A Lei regulará a individualização da pena”. No inciso XLVIII, prescreve: “A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com o delito, a idade e o sexo do apenado”.

Aduz em seu inciso LXXIV: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Já, no inciso LXXV determina: “O Estado indenizará o condenado por erro judiciário assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”.

Segundo a Lei de Execução Penal, em seu artigo 40: “Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios”.

O artigo 41 da LEP elenca alguns dos direitos conferidos aos presos:

alimentação; vestuário; trabalho remunerado; previdência social; constituição de pecúlio; descanso e recreação; exercício profissional, intelectual, artístico e desportivo da mesma forma exercida anteriormente, desde que haja possibilidade; assistência nos tratamentos de saúde, acompanhamento jurídico, religioso, assistência educacional, e apoio social; proteção da exposição de sua imagem desnecessariamente; entrevista com o advogado ou defensor; recebimento de visitas em dias determinados; chamamento nominal; igualdade de tratamento respeitando a individualidade de cada um; audiência com o diretor do estabelecimento penal; defender direito através de petição a qualquer autoridade; contato com o mundo exterior através de correspondência escrita, da leitura de outros meios de informação que não afetem a moral e os bons costumes.¹⁷

De acordo com o art. 5º, XLVII, da Constituição da República não haverá penas:

- a) de morte, com exceção de caso de guerra declarada, art. 84, inciso XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis.

O art. 5º, inciso XLVIII, prevê que “a sanção penal será cumprida em presídios diferentes, dependendo da espécie do delito, da idade e do sexo do apenado”. No art. 5º, inciso XLIX, “é garantido aos presos o respeito à integridade física e moral”. Durante o cumprimento da pena privativa de liberdade, ao preso é garantido o respeito à sua integridade física e moral devendo as autoridades responsáveis pela execução da pena, zelar pelo fiel cumprimento desse direito.

Segundo a LEP, em seu art. 83: “O presídio, conforme sua espécie, deverá manter em suas instalações áreas e serviços destinados a oferecer diversos tipos de acompanhamento e assistência”.

¹⁷ BRASIL. Lei n, 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 30 de setembro de 2010.

3.3 O princípio da dignidade da pessoa humana e a execução penal

No ordenamento jurídico brasileiro, destaca-se a importância do princípio da dignidade da pessoa humana, valor essencial de todo sistema democrático. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 1º, inciso III, estabelece como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que é um Estado Democrático de Direito, a Dignidade da Pessoa Humana.

Para Capez (2009, p. 6) “No Estado Democrático de Direito deve-se respeitar de forma imprescindível a dignidade humana”.

É preciso respeitar a dignidade da pessoa do preso porque esse valor estabelece a condição superior do homem, como ser de razão e sentimento e, dessa forma, em que pese a necessidade de segregação ou outro mecanismo legal que limite a liberdade do acusado, a dignidade humana não depende de merecimento pessoal ou social. Segundo Flávia D'urso (2007, p. 78):

No processo penal a busca da justa solução ao conflito de interesses de caráter penal, a efetivação da dignidade humana do acusado em nada se relaciona com seu mérito porque ela é inerente à vida e, nessa ingerência, um direito que precede o próprio Estado.

Paulo Queiroz (2001, p. 31, grifos no original), ao discorrer sobre o Princípio da humanidade que deve orientar toda a atividade penal e de execução penal, leciona:

Outra incisiva limitação ao *jus puniendi* decorre do art. 1º, III, da Constituição Federal, ao declarar que constitui *fundamento* do Estado Democrático a *dignidade da pessoa humana*, proibitivo, dentre outras coisas, da adoção de penas que, por sua natureza, conteúdo ou modo de execução, atentem contra esse postulado, envilecendo o cidadão infrator ou inviabilizando definitivamente a sua reinserção social ou, ainda, submetendo-o a um sofrimento excessivo; proibitivo, enfim, de penas desumanas ou degradantes. Nem poderia ser diferente, já que não persegue o Estado Democrático a realização de valores absolutos de justiça, nem fins teocráticos ou metafísicos, nem o retribuir por retribuir. O princípio da dignidade da pessoa humana representa, assim, como diz **Daniel Sarmiento**, o epicentro da ordem jurídica, conferindo unidade teleológica e axiológica a todas as normas constitucionais, pois o Estado e o Direito não são fins, mas apenas meios para a realização da dignidade do Homem.

Lobo da Costa (2008, p. 36-37) compartilha do mesmo pensamento de que o Estado e a sociedade se erigem centrados na pessoa humana, ao discorrer:

A dignidade humana possui uma forte carga de fundamentação jurídica, especialmente no que concerne à limitação do poder do Estado e aos direitos fundamentais.

O art. 1º da CF de 1988 exprime esta força fundamentadora. Ao eleger a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, nossa Constituição traduz uma escolha política elementar – a de que o Estado e a sociedade estão centrados na pessoa e objetivam o respeito e a promoção de uma vida digna, isto é, a escolha de que o Estado é feito para as pessoas e não o contrário.

E continua com seus ensinamentos, enfatizando que a execução da pena deve ter como fundamento a dignidade da pessoa humana (2008, p. 64-65):

Outro princípio constituído pela dignidade é o da humanidade das penas, que determina a proibição de penas cruéis ou de caráter perpétuo. Trata-se de princípio de grande relevância, já que a dignidade daqueles que não interessam ao Estado é sempre a que está mais ameaçada. Em decorrência deste princípio, O Estado não pode impor penas que violem a dignidade humana, nem mesmo a quem tenha cometido o pior dos delitos.

Assim, o princípio da humanidade determina a proibição de penas que violem nuclearmente a vida, a integridade física e psíquica, a autonomia ou a igualdade de modo a subjugar a pessoa, destacando que, no que se refere à liberdade, este princípio determina que sua restrição deve ser limitada à liberdade de locomoção, respeitando-se a liberdade de pensamento, de crença, de ensino e qualquer outra expressão de liberdade que não seja abrangida pela restrição à liberdade de locomoção.

Junqueira (2005, p. 81), também se filia ao mesmo pensamento acima transcrito, asseverando que a dignidade da pessoa do condenado deve ser preservada, quando discorre:

Da árdua luta a objetivar o pleno respeito aos direitos humanos, seguiu-se, ao passar das décadas, o dever, mais que premente, de resguardar o Estado, a dignidade intramuros do reeducando. É a prerrogativa, esclareça-se, irrenunciável, não se podendo conceber um status democrático à República, à hipótese da não contemplação destes importantes ideais.

A Lei nº. 7.210/1984 – Lei de Execução Penal, buscando impedir o excesso ou o desvio da execução que compromete a dignidade e a humanidade da execução da pena, tornou expressa a extensão de direitos constitucionais aos presidiários, preocupando-se, ainda, em garantir-lhes condições básicas e fundamentais para a real reeducação e posterior reinserção à sociedade.

Mencionados direitos constitucionais são: o direito à vida; o direito à integridade física e moral; o direito à propriedade; o direito à instrução e o acesso à cultura; o direito ao sigilo de correspondência, das comunicações telegráficas e de dados e telefônicas; o direito de representação e de peticionar às autoridades para defender seus direitos ou combater abusos de autoridade; o direito à expedição de certidões requeridas perante às repartições administrativas, a fim da defesa de direitos e esclarecimentos de interesse pessoal; o direito à assistência judiciária; o direito às atividades relativas às ciências, às letras, às artes e à tecnologia; o direito à indenização ao condenado por erro judiciário ou àquele que ficar preso por mais tempo do que o estabelecido na sentença (Junqueira, 2005, p. 81).

Desses direitos, alguns merecem especial atenção, como é o caso do respeito à integridade física e moral, que veda, por exemplo, que o preso seja submetido à tortura, a tratamento desumano e degradante e a ficar exposto ao sensacionalismo. A Resolução nº. 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, estabeleceu as regras mínimas para o tratamento de presos no Brasil, aprovada pelo Comitê Permanente de Prevenção ao Crime e Justiça Penal da Organização das Nações Unidas (Junqueira, 2005, p. 40).

É preciso respeitar a dignidade da pessoa do preso porque esse valor estabelece a condição superior do homem, como ser de razão e sentimento e, dessa forma, em que pese a necessidade de segregação ou outro mecanismo legal que limite a liberdade do condenado, a dignidade humana não depende de merecimento pessoal ou social, pois segundo Flávia D'urso (2007, p. 78)

No processo penal a busca da justa solução ao conflito de interesses de caráter penal, a efetivação da dignidade humana do acusado em nada se relaciona com seu mérito porque ela é inerente à vida e, nessa ingerência, um direito que precede o próprio Estado.

Na mesma esteira, são as lições de Rodrigues (2001, p. 52), quando leciona “A pena de prisão não é uma pena de banimento. A detenção não pode ser um ‘espaço de quase-não-direito’, uma obscura ‘relação especial de poder’ em que o poder estatal esqueça os direitos das pessoas”.

Quando se pensa no sistema penitenciário brasileiro, pode-se afirmar que vários direitos dos presos são desrespeitados, pois, apesar de a lei asseverar que o preso não pode receber tratamento desumano e degradante, o próprio Estado viola e, até mesmo, colabora para que esses direitos lhe sejam retirados.

O respeito aos direitos dos presos tornou-se exigência premente e fundamental, não podendo, a imposição da pena privativa de liberdade restringi-los. Segundo Junqueira (2005, p. 76), a efetivação de tais direitos é “compatível mesmo com os anseios humanísticos a serem almejados ao estágio contemporâneo das sociedades ditas democráticas”.

No entanto, o sistema penitenciário no país parece ter esquecido que em suas dependências existem seres humanos que, como tais, devem ser tratados e recuperados para o convívio da sociedade. Diuturnamente, a visão que se oferece à sociedade permite-lhe antever a completa ausência de condições para reabilitar o preso, tendo em vista que meios degradantes e abjetos jamais servirão como instrumentos regenerativos, quiçá ressocializadores. Farias Júnior (2001, p. 225), ao discorrer sobre o sistema carcerário, afirma que nele podem ser vislumbradas algumas situações gritantes, em que a pena está cercada de crueldade. A prisão, conceituada por ele como instrumento de retenção ou de detenção do indiciado ou processado, e de cumprimento de pena privativa de liberdade ou da medida de segurança detentiva a ele imposta, é considerada um antro dos mais degradantes e perversos que se possa imaginar.

Borges D’Urso (2008, p. 37) salienta que as prisões brasileiras têm feridas crônicas, como a superlotação e as condições desumanas existentes e segundo ele, não se vislumbra qualquer solução a um curto prazo.

Como exemplo, esse autor (2008, p. 37) cita o caso dos detentos mortos em um incêndio na cadeia pública em Minas Gerais na cidade Rio Piracicaba, ocasião em que o carcereiro plantonista não estava presente no momento do incêndio; o caso de detentos acorrentados e o caso da adolescente presa e violentada na cadeia da cidade paraense de Abaetetuba, no ano de 2007.

São casos que, segundo o autor (2008, p. 37), revelam graves problemas do sistema penitenciário e o descaso das autoridades brasileiras frente “à Lei de Execuções Penais e à Constituição Federal, especialmente quanto à observância da dignidade da pessoa humana, inclusive a que está sob custódia do Estado”.

Quando se pensa na pena privativa de liberdade deve-se entendê-la não apenas nos aspectos técnicos que a cercam, mas, também, no que ela representa para o resgate de valores humanos. Tanto é assim que o art. 5º, da Constituição da República, conta com um rol de institutos de caráter processual penal que aponta ao Estado, na persecução penal, a sua dúplici função. Tais funções, segundo Borges D’urso (2008, p. 78):

[...] as garantias processuais penais sob a ótica não só subjetiva de defesa do indivíduo contra atos do poder público, mas também objetiva: o elenco dessas previsões consubstancia-se de um conjunto de valores com o objetivo de direcionar ações positivas do poder público.

Segundo o autor acima citado (2008, p. 2), tais concepções (subjetiva e objetiva ou formal e material) da atuação do Estado na persecução penal, o limitam na restrição de direitos do indivíduo e o obrigam positivamente à promoção de garantias processuais. Nesse contexto, a positivação da essencialidade da condição humana assume, no processo penal, a diretriz dos atos dos poderes públicos: a dignidade do homem é elemento que unifica o principal objetivo da relação processual penal.

Ainda Segundo Borges D’urso (2008, p. 2) todo o exposto tem um objetivo, qual seja:

Demonstrar que não obstante a dignidade da pessoa humana ter recebido na Carta magna de 1988 o trato de princípio fundamental da República Federativa do Brasil, aqui são adotadas leis que, dentre outros fatores, tratam de medidas processuais penais, mormente as pertinentes às restrições da liberdade, de forma automática, afrontando-se o mencionado princípio, afastando-se da realidade social vivida no país.

Leal, valendo-se da experiência adquirida pela visita a várias prisões em diversos países, faz um retrato das más condições carcerárias, apontando que não

se trata de peculiaridades de países periféricos, embora nestes a situação seja agravada.

De acordo com Leal (1998, p. 53), é impossível falar de direitos humanos em ambientes tão hostis:

É inadmissível, sob todos os aspectos, o generalizado desprezo, sobretudo das elites, pela condição humana do recluso, obrigado a viver em completo isolamento ou na convivência promíscua de outras pessoas, sem a separação que se exige como condição prévia para a individualização da execução da pena, em prisões superlotadas, num flagrante desrespeito às conquistas, duramente obtidas neste campo, no curso de séculos.

No que pertine à ressocialização do preso, uma das funções da pena, citada em várias leis no ordenamento jurídico brasileiro, referendadas, obviamente, pela própria Constituição Federal, enquanto os comandos legais ditam caminhos para a reinserção da pessoa do preso, a realidade é totalmente, e gravemente, dissonante desses textos.

Uma das funções da pena está ligada à prevenção especial positiva, aquela que visa, dentre outras coisas, um bem ao condenado. A pena pretende ressocializar o criminoso, devolvendo-o apto ao convívio em sociedade. Nesse sentido, esclarece Telles (2008, p. 19):

Entende-se, assim, que, como o delinqüente possui um comportamento desviante, ou seja, está fora dos padrões que se quer encontrar em uma pessoa para poder conviver em sociedade, é possível transformá-la, ou melhor, ressocializá-la, para que, no futuro, não venha a cometer mais delitos, estando, dessa forma, adequada à sociedade em que vive.

Diante desse quadro, infere-se que o tratamento penal dado ao preso no Brasil está longe de poder ser considerado ressocializador. Mostra-se inadequado aos fins a que se propõe e, por vezes, pernicioso, pois acaba devolvendo à sociedade um criminoso pior do que aquele que entrou no sistema prisional. Os métodos de recuperação têm se mostrado inúteis, com conseqüências altamente maléficas para os infratores primários, mostrando, de forma cristalina, o quanto se viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Pode-se, inclusive, afirmar que sua importância está sendo desprezada em toda sua plenitude: o apenado, além de perder sua liberdade para pagar pelo crime cometido, ainda é

condenado a uma degradação da sua pessoa, que, dificilmente, permitirá que ele consiga atingir a ressocialização.

4 A REALIDADE DO CÁRCERE

4.1 O Censo Penitenciário Nacional de 2009

Em recente Censo Penitenciário Nacional¹⁸, realizado em 2009 pela Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, mapeou-se a real situação do sistema prisional no Brasil. Dentre as principais informações, podem-se destacar as seguintes: o Brasil conta em 2009, com uma população penitenciária de 469.807 presos. Destes 439.288 (94%) são homens e 30.519 (6%) são mulheres. Os presos brasileiros encontram-se assim divididos: 209.773 presos provisórios, recolhidos em 452 cadeias públicas e instituições policiais; 260.034 presos sentenciados, distribuídos em 647 estabelecimentos penais e 261 presos recolhidos em 02 Penitenciárias Federais.

Apesar de possuir mais de 460 mil presos em seus cárceres, o Sistema Prisional Brasileiro conta com pouco mais de 269 mil vagas. Ou seja, há um déficit de quase 200 mil vagas, o que gera uma superlotação no sistema. Há quase o dobro de pessoas encarceradas por vaga disponível. Isto sem levar em conta os inúmeros mandados de prisão que se encontram sem cumprimento. O DEPEN/MJ concorda que a superpopulação carcerária contribui para a fragilização da segurança e dificulta o processo de reinserção social.

4.1.1 Perfil da população penitenciária brasileira

Segundo o Censo Penitenciário de 2009, o perfil da população penitenciária brasileira encontra-se assim traçado: 71% das pessoas condenadas estão cumprindo pena no regime fechado; 42% dos presos são brancos; 45% tem o ensino fundamental incompleto; 32% tem entre 18 e 24 anos de idade; 19% respondem por roubo qualificado e 14% por tráfico de drogas; 29% tem uma pena de 4 a 8 anos de reclusão para cumprir.

¹⁸ Disponível em: < <http://www.mj.gov.br> >. Acesso em: 16 de Setembro de 2010.

Dos dados acima expostos, percebe-se que quase 1/3 da população carcerária é composta por jovens, mais de 150 mil presos possuem entre 18 e 24 anos de idade e quase a metade é constituída por pessoas que não completaram o ensino fundamental.

4.1.2 A reincidência no sistema penitenciário nacional

Um dos dados mais assustadores divulgados pelo Censo Penitenciário de 2009 é a taxa de reincidência criminal, que se encontra em torno de 70%. Ou seja, de cada 10 egressos do Sistema Prisional, 7 voltam a cometer crimes e são novamente encarcerados. Com uma taxa de reincidência de 70% não se pode falar em ressocialização. A alta taxa de reincidência evidencia a incapacidade que o sistema prisional possui de promover a ressocialização da pessoa do preso. É impossível se imaginar a possibilidade de ressocialização, com níveis de reincidência tão elevados.

4.1.3 A busca da ressocialização

Apesar de o sistema mostrar-se inoperante no sentido de proporcionar a ressocialização do preso e sua reinserção na sociedade, muitos projetos vêm sendo desenvolvidos, como forma de mudar essa realidade. Dentre eles se destacam a criação de uma Matriz Curricular, que estabelece fundamentos básicos para a formação do servidor penitenciário e o projeto “Educando para a Liberdade” que possui os seguintes eixos de ação: diagnóstico do cenário educacional nas prisões; capacitação de docentes e servidores penitenciários para oferta de educação nas prisões; desenvolvimento de material didático adequado para o ensino de acordo com a realidade prisional; criação do Plano Nacional de Educação nas Prisões Brasileiras. Em 2003 foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema penitenciário Nacional, com implantação de equipes multidisciplinares de saúde básica nos estabelecimentos penais. Esse plano encontra-se em funcionamento em 18 das 27 Unidades da federação, dentre eles: AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MS, MT, MS, PB, PE, PR, RJ, RO, RS, SP e TO.

O trabalho que proporcione a profissionalização do preso é, inegavelmente, um dos principais fatores que contribuem para a ressocialização e para a diminuição da reincidência, que segundo o censo penitenciário do DEPEN/MJ chega a 70%, ou seja, de cada 10 presos que retornam ao convívio social, 7 voltam a cometer crimes e são novamente encarcerados. Visando atingir a função ressocializadora da pena, muitas ações estão sendo executadas na busca da profissionalização dos presos, executadas em parceria com entidades não governamentais e Paraestatais, como o SENAI. A profissionalização desenvolvida em cada uma das prisões assistidas pelo programa foi idealizada em função das demandas existentes na região onde a prisão encontra-se situada e da realidade social da pessoa do preso. Vários Estados possuem experiências de sucesso em termos de profissionalização dos presos com a implantação de indústrias dentro das prisões. Dentre eles se destaca; Indústria de Calçados no Centro de Detenção e Ressocialização de Londrina/PR e a Marcenaria Industrial na Penitenciária de Fortaleza/CE.

Na atualidade é notório o descaso, no que diz respeito à capacidade de assistência ao detento, pois o que se percebe é o total despreparo da máquina estatal em lidar com o fruto da sua repressão, que, em muitos casos, nada mais é do que a consequência da desigualdade social

Muito se tem para fazer. O caminho é longo. Como Estado Democrático de Direito, o Brasil aboliu a possibilidade de prisão perpétua e a pena de morte só é permitida, como exceção, nos casos constitucionalmente previstos. O que leva à conclusão de que a pena privativa de liberdade tem prazo determinado e o preso, mais cedo ou mais tarde, retornará ao convívio social. A forma como ele voltará depende, sem sombra de dúvida, da maneira como a pena será executada e da capacidade do Estado, que monopolizou o direito de punir, de devolvê-lo à sociedade melhor do que ele entrou. Isso inclui ações voltadas para a educação, o trabalho e a profissionalização do preso, pois não se pode conceber que as prisões brasileiras estejam cumprindo seu papel ressocializador com uma taxa de reincidência da ordem de 70%.

Vale ressaltar, as palavras de Piedade Júnior (1995, p. 95), acerca da necessidade de recuperação do preso e das conseqüências de seu retorno ao convívio social, sem a necessária ressocialização:

Um dia, esse condenado cumprirá a pena e voltará, recuperado ou não, para o nosso meio social, virá caminhar a nosso lado, no trem, no metrô, nas barcas, irá à praia conosco, nos encontrará nas estradas, nas praças ou nos becos escuros, e se ele não se encontrar ressocializado, com toda certeza, revoltado, mais cedo ou mais tarde, ele passará, de novo, a agredir a sociedade, e desta vez pode ser contra qualquer um de nós.

É imprescindível o envolvimento de toda a sociedade no processo de ressocialização do preso. Torna-se imperioso que fiscalize e cobre do poder público, a implementação de ações, que visem atingir a principal função da pena privativa de liberdade. O preso, certamente, retornará ao convívio social e a forma como ele voltará afeta toda a sociedade. É preciso reconhecer que a sociedade fracassa na adequada inserção de muitos dos seus cidadãos, que em razão da falta de oportunidades e como frutos da desigualdade social acabam por cometer crimes. Esse fracasso na inserção deve ser compensado com uma adequada reinserção da pessoa do preso, dotando-lhe de condições para a vida em sociedade, proporcionando-lhe estudo, profissionalização e perspectiva de uma vida digna.

4.2 O sistema prisional do DF

4.2.1 Estrutura do sistema prisional do DF

O Sistema Prisional do DF encontra-se estruturado da seguinte forma:

1. Carceragem do Departamento de Polícia Especializada – DPE - Carceragem destinada a abrigar as pessoas que são presas em flagrante delito pelas Delegacias e que serão encaminhadas às terças e quintas feiras para o CDP – Centro de Detenção Provisória. Possui 24 vagas;

2. Centro de Detenção Provisória – CDP - Presídio destinado aos presos provisórios e, eventualmente, aos condenados em regime semi-aberto de

cumprimento de pena, bem como à custódia de presos federais. É composto pelos Blocos I, II, III e IV, Seguro, Pavilhão de Segurança e Pavilhão Disciplinar. Conta com 1.048 vagas e, atualmente, abriga 1.717 presos;

3. CIR – Presídio de Segurança Média, destinado aos presos que cumprem pena em regime semi-aberto, sem benefícios, aos presos que cumprem pena em regime semi-aberto com trabalho externo e/ou saída temporária e aos presos que cumprem pena em regime semi-aberto sem benefícios e que se encontram segurados. É composto pelos Pátios I, II, III, IV e V, Pavilhão de segurança, Pavilhão para Ex-policiais, Seguro e Pavilhão Disciplinar. Conta com 793 vagas e, atualmente, possui 1.231 presos;

4. PDF I – Presídio de Segurança Máxima, destinado aos presos que cumprem pena em regime fechado. É composto pelos Blocos D, E, F e G, Parlatórios I e II. Conta com 1.584 vagas e, atualmente, possui 2.318 presos;

5. PDF II – Presídio de Segurança Máxima, destinado aos presos que cumprem pena em regime fechado. Atualmente abriga presos que cumprem pena em regime fechado e presos que cumprem pena em regime semi-aberto sem benefícios. É composto pelo Bloco D, que abriga presos segurados, seguro integridade e presos que cometeram crimes sexuais, Blocos E e F, que abriga presos que cumprem pena em regime fechado e Bloco G, que abriga presos que cumprem pena em regime semi-aberto sem benefícios. Conta com 1.464 vagas e possui, atualmente, 2.104 presos;

6. Presídio Feminino do Distrito Federal – PFDF - destinado a abrigar a população carcerária do sexo feminino, que cumpre pena provisória ou que já possui condenação e os presos submetidos à medida de segurança na modalidade de internação. É composto pelos Blocos I e III e pela Ala de Tratamento Psiquiátrico. Conta com 463 vagas e possui, atualmente, 627 presos;

7. Centro de Progressão Penitenciária – CPP - Presídio de Segurança Média – destinado aos presos que cumprem pena em regime semi-aberto, com trabalho externo e/ou saídas temporárias efetivamente implementados. É composto

pelos Blocos I e II e Ala disciplinar. Conta com 1.130 vagas e abriga, atualmente, 921 presos.

4.2.2 População penitenciária do DF

O Distrito Federal possui uma população carcerária de 9.065 presos distribuídos em 6 estabelecimentos prisionais. Desta população 8.556 (94,38%) são do sexo masculino e 509 (5,62%) são do sexo feminino¹⁹.

O total de vagas disponíveis no Sistema Prisional do DF é 6.606, para um quantitativo de 9.065 presos. Existe, portanto, um *déficit* de 2.459 vagas. São 1,37 presos por vaga existente. A superlotação existe, porém em níveis menos acentuados do que no Sistema Nacional, que possui quase 2 presos por vaga disponível.

4.2.3 Perfil da População Penitenciária do DF

Conforme salientado acima, 94,38% dos presos custodiados no Sistema Penitenciário do DF são do sexo masculino e 5,62% são do sexo feminino. 2.256 (24,88%) presos, dentre homens e mulheres, são de cor branca e 6.784 (74,83%) são de cor negra ou parda.

No que concerne à idade, 3.024 presos, incluindo homens e mulheres, têm entre 18 e 24 anos de idade, o que perfaz um total de 33,35% da população carcerária do DF. Tem-se, portanto, um terço da população penitenciária composta por jovens, com idades entre 18 e 24 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, 5.393 presos, ou seja (59,49%), entre homens e mulheres, possuem o ensino fundamental incompleto e 452 são analfabetos ou apenas alfabetizados.

¹⁹ Disponível em: < <http://www.mj.gov.br> >. Acesso em: 16 de Setembro de 2010.

Com relação à quantidade de pena imposta, 4.934 presos (54,97%), entre homens e mulheres, estão cumprindo penas privativas de liberdade de mais de 8 anos, 676 presos (7,45%) estão cumprindo penas privativas de liberdade de até 4 anos e 1.842 presos (20,31%) estão cumprindo penas privativas de liberdade de 4 a 8 anos.

4.2.4 Estudo do preso no DF

O Sistema Penitenciário do DF oferece aos presos, através de Convênio firmado com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, os Cursos de Alfabetização – Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Pré-vestibular, com uma estrutura de 48 salas de aula, além de Curso de Informática, com uma estrutura de 07 laboratórios.

Atualmente, 1.554 presos (17,14%) estão frequentando algum tipo de curso dentro do Sistema Penitenciário do DF. Deste total, 1.309 presos frequentam cursos de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio.

4.2.5 Trabalho do Preso no DF

Dentro do Sistema Penitenciário do Distrito Federal existem 204 presos trabalhando nas diversas oficinas instaladas no interior dos 6 diferentes estabelecimentos prisionais, dentre as quais pode-se destacar: costura industrial, serigrafia, fábrica de bolas e materiais esportivos, marcenaria, funilaria, panificação, técnicas agrícolas e mecânica.

Atualmente, 1.180 presos que cumprem pena em regime fechado, incluindo homens e mulheres, estão trabalhando dentro do Sistema Prisional do DF, no trabalho interno, como é classificado pela Lei de Execução Penal e 676 presos que cumprem pena em regime semi-aberto ou aberto estão exercendo trabalho externo.

4.2.6 Convênios firmados no âmbito do sistema prisional do DF

O Sistema Penitenciário do DF, por intermédio da FUNAP – Fundação de Amparo ao Preso do DF, possui vários convênios com órgãos da Administração do DF, com órgãos federais e com a iniciativa privada. São convênios firmados no intuito de implementar o estudo e o trabalho do preso. Com relação ao estudo do preso destaca-se o convênio firmado com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que garante a educação de jovens e adultos, nas modalidades de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e curso pré-vestibular dentro dos 6 estabelecimentos prisionais que fazem parte do Sistema Penitenciário do DF.

Dentre os vários convênios firmados, podemos destacar: Administrações Regionais, como a de Brasília, do Cruzeiro, Gama, Guará, Riacho Fundo I e II e Sobradinho; várias Secretarias de Governo, como a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de educação, Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de saúde e outras; órgãos federais, como o STJ, STF, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego; empresas privadas, como a Elo Construtora, GHF Ltda e Real Construtora e Revestimentos.

4.2.7 A remição pelo estudo

Em iniciativa pioneira e inovadora, o Juiz Substituto da Vara de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – VEC/DF, Dr. Eduardo Henrique Rosas, instituiu através da Portaria 005/2002, de 05 de abril de 2002, a remição da pena imposta aos condenados sujeitos aos regimes fechado ou semi-aberto que frequentarem curso reconhecido de ensino pré-alfabetização ou pós-alfabetização, primeiro segmento (primeira a quarta séries), segundo segmento (quinta a oitava séries), terceiro segmento (primeira a terceira séries do segundo grau), além de curso de nível superior ou de ensino profissionalizante.

Para efeito de cálculo do período de remição, estabeleceu-se que cada 18 (dezoito) horas/aula correspondem a 01 (um) dia de pena remido.

A confecção de documentos comprobatórios da frequência e aproveitamento dos presos ficou a encargo dos diretores dos estabelecimentos prisionais. Para fins de remição, o preso deverá frequentar no mínimo 80% (oitenta por cento) das aulas, sendo que a frequência deverá ser informada em horas/aula. Nos termos da Portaria 005/2002, o preso poderá cumular a remição pelo estudo e pelo trabalho.

Atualmente tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.230/2004, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), que pretende introduzir na Lei de Execução Penal, a remição da pena pelo estudo. O Ministério da Justiça encaminhou o Projeto de Lei 1.939/2007, que está tramitando em conjunto com o PL 4.230/2004. O PL elaborado pelo Ministério da Justiça busca disciplinar uma das disposições do Programa Nacional de Segurança com Cidadania/Pronasci, que também prevê a remição pelo estudo. Nos mesmos moldes da Portaria 005/2002 da VEC-DF, o projeto do MJ estipula a remição de 01 dia de pena para cada 18 horas/aula frequentadas no ensino fundamental, médio e superior.

4.2.8 A ressocialização e a reincidência no DF

Conforme exposto nos tópicos acima, o cumprimento da pena privativa de liberdade no DF encontra-se amparado por diversas ações, desenvolvidas com o objetivo de alcançar a principal função da pena privativa de liberdade, que é a ressocialização do preso.

Apesar de apresentar um déficit de vagas e superlotação, o Sistema Penitenciário do DF apresenta números mais favoráveis no concernente ao número de pessoas encarceradas por vaga disponível no sistema prisional, do que os números apresentados pelo Censo Penitenciário Nacional de 2009. Enquanto o Censo Nacional apresenta quase dois presos por vaga, o sistema local abriga 1,37 presos por vaga disponível.

No Sistema Penitenciário do DF, para uma população carcerária de 9.065 presos cumprindo pena privativa de liberdade, 1.554 presos (17,14%) estão estudando e 1.856 (20,47%) trabalham externa ou internamente.

Não foi possível determinar o atual índice de reincidência no Sistema Penitenciário do DF. Tal fato, segundo o Subsecretário do Sistema Penitenciário, Delegado de Polícia da PCDF, Dr. Anderson Jorge Damasceno Espíndola, deve-se à superpopulação carcerária e à escassez de servidores no sistema. Porém, os últimos estudos apontam para um índice de reincidência na ordem de 50 a 60%, portanto, bem próximo do índice nacional divulgado pelo Censo Penitenciário de 2009.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que o Sistema Penitenciário tanto em nível nacional quanto em nível local não consegue cumprir a função ressocializadora da pena privativa de liberdade. Apesar de apresentar números mais favoráveis em termos de superlotação e de possuir ações voltadas para a implementação do trabalho e do estudo do preso, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal não difere dos demais sistemas dos outros Estados da Federação, ao passo que também não consegue cumprir sua principal finalidade, que é devolver o preso ressocializado ao convívio social.

A crise no Sistema Penitenciário vem rendendo páginas e páginas de estudos, críticas e sugestões. Porém, o que se percebe é que acreditar que o Poder Público consiga chegar sozinho a uma solução para o problema é o mesmo que acreditar em contos de fadas. Efetivamente, o problema é de toda a sociedade e também traz reflexos para todos, pois a pena privativa de liberdade tem prazo para terminar, o preso vai voltar ao convívio social e a forma como ele voltará, melhor, igual ou pior do que entrou no sistema prisional, certamente interferirá de forma positiva ou negativa nas relações e na vida em sociedade.

Neste contexto, o trabalho e profissionalização do preso, bem como as oportunidades de estudo, tanto intra como extramuros irão contribuir sobremaneira para a sua reintegração e reinserção social. O Sistema Penitenciário do DF possui várias ações e convênios firmados no intuito de viabilizar a ressocialização, porém, o número de presos que estudam e trabalham ainda é muito pequeno se comparado com o universo da população carcerária.

Atualmente, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN\MJ, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como o Poder Judiciário e diversos segmentos da sociedade parecem ter acordado para a questão da incapacidade do sistema penitenciário de recuperar as pessoas que se encontram cumprindo penas

privativas de liberdade. Ultimamente, têm se destacado os projetos que buscam a implementação de penas alternativas como forma de substituição à pena privativa de liberdade. As experiências, bem como os relatos daqueles que se ocupam do estudo da execução penal, demonstram que se faz urgente e necessária a busca de alternativas e de novos métodos que, efetivamente, tenham um verdadeiro cunho ressocializador e não imponham aos condenados, em virtude das péssimas condições do cárcere, uma aflição que se sobrepuja à pena imposta.

Apesar de todo o esforço despendido no Sistema Penitenciário do DF, ainda não foi possível traduzir em números reais e factíveis a tão almejada ressocialização, com o efetivo cumprimento dos comandos insertos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal.

No entanto, algumas ações desenvolvidas no DF apontam para uma possibilidade de recuperação dos presos. Como exemplo, podemos citar o Centro de Progressão Penitenciária – CPP, uma das seis unidades que compõe o Sistema Penitenciário do DF. O CPP abriga 921 presos que cumprem pena privativa de liberdade em regime semi-aberto e que gozam de benefícios como saída temporária e trabalho externo. Destes 921 presos 72 trabalham internamente e 608 desenvolvem trabalho externo. Vê-se, portanto, que a maioria dos presos que cumprem pena no CPP trabalham nas Administrações Regionais do DF, bem como em empresas públicas e privadas, nos Ministérios que mantém convênio, nas Secretarias de Estado do DF, no STJ, STF, CNJ, OAB e outros. Vale ressaltar que para cada 3 dias de trabalho, o preso consegue a remição de 1 dia de pena. Tais ações se tornam possíveis graças à atuação da FUNAP, que intermedia os contatos e firma os convênios com os órgãos e empresas públicas e privadas. Aos reclusos que não tenham concluído o ensino fundamental é obrigatória a frequência às aulas oferecidas dentro do estabelecimento prisional, no horário noturno. Em razão de iniciativa pioneira da VEC/DF, desde abril de 2002, o preso do Distrito Federal pode remir 1 dia de pena para cada 18 horas/aula frequentadas no ensino fundamental, médio e superior.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. Lucínio. **As penas e as medidas alternativas**. In Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, v. 1, n. 10, jul/dez. 1997, Brasília: Imprensa Nacional, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORGES D'URSO, Luiz Flávio. **O sistema prisional que não queremos**. In Revista Jurídica Consulex, ano XII, n. 267, fev. 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 set. 2010.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis/L7210.htm>>. Acesso em: 22 set. 2010.

BRASIL. **Código de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Código penal**. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CPENAL/códigos.htm>>. Acesso em: 22 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional/DEPEN. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 1999.

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

D'URSO, Flávia. **Princípio constitucional da proporcionalidade no processo penal**. São Paulo: Atlas, 2007.

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia**. Curitiba: Juruá, 2001.

FIRMO, Aníbal Bruno de Oliveira. **Direito penal**: parte geral – tomo I. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. **Dos Direitos Humanos dos presos**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

LEAL, João José. **Direito penal geral**. São Paulo: Atlas, 1998.

LOBO DA COSTA, Helena Regina. **A dignidade humana**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARCONDES, Pedro. **A individualização executória da pena privativa de liberdade no direito brasileiro**. Tese (Mestrado em Direito Penal) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2001.

MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de presídios e criminalidade**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Processo penal**. São Paulo: Atlas, 2000

MORAES FILHO, Marco Antonio Praxedes de. **Evolução histórica da inimputabilidade penal: uma abordagem cronológica da loucura na humanidade e seus reflexos na legislação criminal brasileira até o Código de Piragibe.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1017, 14 abr. 2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/8234>. Acesso em: 19 out. 2010.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Regime disciplinar diferenciado – RDD.** In Revista Jurídica, n. 325, nov. 2004.

PIEIDADE JR., Heitor. **Reflexões sobre o fracasso da pena de prisão.** In Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. v.1, n. 6, jul/dez. 1995. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Direito penal.** São Paulo: Saraiva, 2001.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social.** Série Ciências Sociais e Filosofia. São Paulo: Hemus, 1997.

SALGADO, Gustavo Vaz. **Comentários à Lei dos Crimes Hediondos.** Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2000/art11.htm>. Acesso em: 14 set. 2010.

TELLES, Thiago da Nova. **Afinal, por que se pune?** In Revista Jurídica Consulex, ano XII, n. 71, fev. 2008.

THOMPSON, Augusto F. G. **Questão penitenciária.** Petrópolis: Vozes, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ANEXO A – Portaria n. 005/2002 – VEC/DF**3.5. Portaria nº 005/2002 – VEC/DF**

O doutor **EDUARDO HENRIQUE ROSAS**, Juiz de Direito Substituto da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, e com base no disposto nos artigos 11, inciso IV; 41, inciso VI e 126, “caput”, todos da Lei 7.210, de 11/07/84;

3.5.1.1. CONSIDERANDO

- 1) Que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, nos termos do art. 205 da Constituição da República;
- 2) Ser a harmônica integração social do condenado um dos objetivos da execução penal (art. 1 da Lei n. 7.210/84 – Lei de Execução Penal);
- 3) Que ao condenado são assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei (art. 3, *caput*, da Lei n. 7.210/84), inclusive o direito à assistência educacional (art. 11, IV, do mesmo diploma legal);
- 4) Que o conceito de “trabalho” – entendido como uma atividade coordenada, de caráter físico ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento – evidentemente abrange o “ensino” ministrado aos condenados dentro e fora dos estabelecimentos prisionais;
- 5) O disposto no art. 126, *caput*, da Lei de Execução Penal;
- 6) Serem o trabalho e o estudo atividades extremamente importantes, que demonstram efetivo “investimento” do Estado na recuperação dos condenados e reinserção dos mesmos no convívio social;
- 7) A convergência dos entendimentos firmados pelo Juiz signatário da presente Portaria, pelos órgãos do Ministério Público que oficiam perante o presente Juízo e pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal no que tange à matéria “remição da pena pelo estudo”;
- 8) O esforço evidente que vem sendo feito pelas Secretarias de Segurança Pública e Educação do Distrito Federal, pela Coordenação do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (COSIPE/DF), pela direção dos estabelecimentos prisionais e pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP/DF), no sentido de ser significativamente aumentado o número de vagas oferecidas aos condenados em atividades regulares de ensino;

RESOLVE:

- 1) Fica AUTORIZADA a remição da pena imposta aos condenados sujeitos aos regimes fechado ou semi-aberto que freqüentarem curso reconhecido de ensino pré-alfabetização ou pós-alfabetização, primeiro segmento (primeira a quarta séries), segundo segmento (quinta a oitava séries), terceiro segmento (primeira a terceira séries do segundo grau), além de curso de nível superior ou de ensino profissionalizante;
- 2) Para efeito de cálculo do período de remição, fica esclarecido que cada 18 (dezoito) horas/aula corresponderão a 01 (um) dia de pena remido;
- 3) Os diretores dos estabelecimentos prisionais deverão providenciar a confecção de documentos que comprovem a freqüência e o aproveitamento dos sentenciados nos referidos cursos, mas somente remeterão à Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal (VEC/DF), para fins de remição, certidões referentes aos presos que tiverem freqüentado pelo menos 80% (oitenta por cento) das aulas. A freqüência será informada em horas/aula;
- 4) O aluno poderá requerer a remição de parte da pena ao final de cada trimestre letivo, observada a freqüência mencionada no item anterior;
- 5) As “chamadas” comprovando a freqüência dos alunos devem ser realizadas no final de cada aula e todas as avaliações e folhas de freqüência ficarão arquivadas em local adequado, à disposição dos órgãos de fiscalização da execução das penas;
- 6) Os diretores dos presídios encaminharão a VEC/DF, no início de cada ano letivo, relação indicando o número de vagas existentes nos cursos oferecidos, bem como de presos neles interessados. Havendo maior número de presos interessados no estudo do que vagas efetivamente oferecidas, as turmas serão formadas, atendendo-se ao critério da conveniência administrativa, especialmente no que tange a questões como movimentação interna dos sentenciados, contato direto entre determinados presos e outras semelhantes, tudo devidamente motivado pelo diretor de cada unidade prisional;
- 7) O condenado poderá cumular a remição pelo trabalho e pelo estudo;
- 8) Aquele que, mesmo obtendo a freqüência indicada no item 3, não demonstre esforço e empenho durante o trimestre letivo, não será beneficiado com a remição da pena pelo estudo. Para tanto, juntamente com a certidão lavrada pelo Diretor do estabelecimento prisional indicando a freqüência do aluno no período antes referido (trimestre letivo), deverá ser providenciada declaração do professor por ele responsável, informando se o interno demonstrou efetivo esforço e empenho no decorrer das aulas;
- 9) O interno que exercer a função de “monitor” dos demais alunos também terá direito à remição, na forma prevista no item 2;
- 10) O condenado que praticar falta de natureza grave no cumprimento da pena perderá a vaga no curso e o período até então remido, ficando dispensado o encaminhamento de sua planilha de freqüência a VEC/DF;

11) Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto, com saídas temporárias e trabalho externo, ficam autorizados a deixar o estabelecimento prisional na data e horário das avaliações, caso as mesmas sejam realizadas fora do presídio;

12) Quaisquer dúvidas que venham a surgir em decorrência da edição da presente Portaria devem ser submetidas ao Juízo da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal (VEC/DF).

Publique-se e cumpra-se.

Brasília, 05 de abril de 2002.

EDUARDO HENRIQUE ROSAS

Juiz de Direito Substituto da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal

ANEXO B – DEPEN/MJ – Formulário Categoria e indicadores Preenchidos Distrito Federal – setembro/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen

Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos

Distrito Federal - DF

Referência: 9/2010

Indicadores Automáticos			
População Carcerária:			9.065
Número de Habitantes:			2.606.885
População Carcerária por 100.000 habitantes:			347,73
Categoria: Quantidade de Presos/Internados	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Presos (Polícia e Segurança Pública)	87	0	87
Item: Polícia Judiciária do Estado (Polícia Civil/SSP)	87	0	87
Indicador: Quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário	8.469	509	8.978
Item: Sistema Penitenciário - Presos Provisórios	1.665	162	1.827
Item: Sistema Penitenciário - Regime Fechado	3.574	195	3.769
Item: Sistema Penitenciário - Regime Semi Aberto	3.153	149	3.302
Item: Sistema Penitenciário - Regime Aberto	2	1	3
Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança - Internação	75	2	77
Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial	0	0	0
Categoria: Capacidade	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Número de Vagas (Secretaria de Justiça e Seg. Pública)	6.219	363	6.582
Item: Sistema Penitenciário Estadual - Provisórios	1.048	123	1.171
Item: Sistema Penitenciário Estadual - Regime Fechado	3.048	139	3.187
Item: Sistema Penitenciário Estadual - Regime Semi-Aberto	2.023	101	2.124
Item: Sistema Penitenciário Estadual - Regime Aberto	0	0	0
Item: Sistema Penitenciário Estadual - RDD	0	0	0
Item: Sistema Penitenciário Federal - Regime Fechado	0	0	0
Item: Sistema Penitenciário Federal - RDD	0	0	0
Item: Polícia Judiciária do Estado (Polícia Civil/SSP)	100	0	100
Categoria: Estabelecimentos Penais	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Estabelecimentos Penais (Sec. de Justiça e Segurança)	6	1	7
Item: Penitenciárias	4	1	5
Item: Colônias Agrícolas, Indústrias	1	0	1
Item: Casas de Albergados	0	0	0
Item: Cadeias Públicas	0	0	0
Item: Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1	0	1
Item: Patronato	0	0	0
Indicador: Seções Internas	8	5	13
Item: Creches e Berçários	0	0	0
Item: Módulo de Saúde Feminino (Gestantes/Parturientes)	-	0	0
Item: Módulo de Saúde	0	0	0
Item: Quantidade de Crianças	8	5	13
Indicador: Informações Complementares	1	0	1
Item: Estabelecimentos Terceirizados - Regime Fechado	0	0	0
Item: Estabelecimentos Terceirizados - Regime Semi-Aberto	0	0	0
Item: Centro de Observação Criminológica e Triagem	1	0	1
Categoria: Administração Penitenciária	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantitativo de Servidores Penitenciários (Funcionário Públicos na Ativa)	0	0	2.244
Item: Apoio Administrativo		231	231
Item: Agentes Penitenciários		1.694	1.694
Item: Enfermeiros		9	9
Item: Auxiliar e Técnico de Enfermagem		7	7
Item: Psicólogos		8	8
Item: Dentistas		6	6
Item: Assistentes Sociais		8	8
Item: Advogados		0	0
Item: Médicos - Clínicos Gerais		6	6
Item: Médicos - Ginecologistas		0	0
Item: Médicos - Psiquiatras		0	0
Item: Pedagogos		0	0
Item: Professores		61	61
Item: Terapeutas		7	7
Item: Policial Civil em atividade nos estabelecimentos penitenciários		35	35
Item: Policial Militar em atividade nos estabelecimentos penitenciários		172	172
Item: Funcionários terceirizados (exclusivo para tratamento penal)		0	0
Item: Outros	0	0	0
Categoria: População Prisional	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Presos/Internados provenientes da Polícia/Justiça Federal	71	13	84
Item: Presos Provisórios	3	2	5
Item: Regime Fechado	39	7	46
Item: Regime Semi-Aberto	29	3	32
Item: Regime Aberto	0	1	1
Item: Medida de Segurança-Internação	0	0	0
Item: Medida de Segurança-Tratamento Ambulatorial	0	0	0
Categoria: Perfil do Preso	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Presos por Grau de Instrução	8.469	509	8.978

08/11/2010 14:41

R009 - Página 1 de 5

Item: Analfabeto	299	11	310
Item: Alfabetizado	142	0	142
Item: Ensino Fundamental Incompleto	5.098	295	5.393
Item: Ensino Fundamental Completo	832	48	880
Item: Ensino Médio Incompleto	1.030	78	1.108
Item: Ensino Médio Completo	533	53	586
Item: Ensino Superior Incompleto	131	12	143
Item: Ensino Superior Completo	21	3	24
Item: Ensino acima de Superior Completo	1	0	1
Item: Não Informado	386	9	395
Valor automático de correção de itens inconsistentes - Diferença com relação à população carcerária do	-4	0	-4
Indicador: Quantidade de Presos por Nacionalidade	8.469	509	8.978
Item: Brasileiro Nato	8.459	503	8.962
Item: Brasileiro Naturalizado	0	0	0
Grupo: Estrangeiros do Sistema Penitenciário	15	6	21
Grupo: Europa	7	3	10
Item: Alemanha	0	0	0
Item: Áustria	0	0	0
Item: Bélgica	0	0	0
Item: Bulgária	0	0	0
Item: República Tcheca	0	0	0
Item: Croácia	0	0	0
Item: Dinamarca	0	0	0
Item: Escócia	0	0	0
Item: Espanha	0	1	1
Item: França	0	0	0
Item: Grécia	1	0	1
Item: Holanda	2	1	3
Item: Hungria	0	0	0
Item: Inglaterra	0	0	0
Item: Irlanda	0	0	0
Item: Itália	1	1	2
Item: Noruega	0	0	0
Item: País de Gales	0	0	0
Item: Polónia	0	0	0
Item: Portugal	1	0	1
Item: Rússia	0	0	0
Item: Reino Unido	0	0	0
Item: Romênia	1	0	1
Item: Sérvia	0	0	0
Item: Suécia	0	0	0
Item: Suíça	1	0	1
Item: Outros países do continente Europeu	0	0	0
Grupo: Ásia	0	0	0
Item: Afeganistão	0	0	0
Item: Arábia Saudita	0	0	0
Item: Catar	0	0	0
Item: Cazaquistão	0	0	0
Item: China	0	0	0
Item: Coreia do Norte	0	0	0
Item: Coreia do Sul	0	0	0
Item: Emirados Árabes Unidos	0	0	0
Item: Filipinas	0	0	0
Item: Índia	0	0	0
Item: Indonésia	0	0	0
Item: Irã	0	0	0
Item: Iraque	0	0	0
Item: Israel	0	0	0
Item: Japão	0	0	0
Item: Jordânia	0	0	0
Item: Kuwait	0	0	0
Item: Líbano	0	0	0
Item: Macau	0	0	0
Item: Malásia	0	0	0
Item: Paquistão	0	0	0
Item: Síria	0	0	0
Item: Sri Lanka	0	0	0
Item: Tailândia	0	0	0
Item: Taiwan	0	0	0
Item: Turquia	0	0	0
Item: Timor-Leste	0	0	0
Item: Vietnã	0	0	0
Item: Outro países do continente asiático	0	0	0
Grupo: África	3	3	6
Item: África do Sul	0	3	3
Item: Angola	1	0	1
Item: Argélia	0	0	0
Item: Cabo Verde	0	0	0
Item: Camarões	1	0	1
Item: República do Congo	0	0	0
Item: Costa do Marfim	0	0	0
Item: Egito	0	0	0
Item: Etiópia	0	0	0
Item: Gana	0	0	0

Item: Guiné	0	0	0
Item: Guiné Bissau	0	0	0
Item: Líbia	0	0	0
Item: Madagascar	0	0	0
Item: Marrocos	0	0	0
Item: Moçambique	0	0	0
Item: Nigéria	0	0	0
Item: Quênia	0	0	0
Item: Ruanda	0	0	0
Item: Senegal	0	0	0
Item: Serra Leoa	1	0	1
Item: Somália	0	0	0
Item: Tunísia	0	0	0
Item: Outros países do continente africano	0	0	0
Grupo: América	5	0	5
Item: Argentina	1	0	1
Item: Bolívia	1	0	1
Item: Canadá	0	0	0
Item: Chile	1	0	1
Item: Colômbia	1	0	1
Item: Costa Rica	0	0	0
Item: Cuba	0	0	0
Item: República Dominicana	0	0	0
Item: Equador	0	0	0
Item: Estados Unidos	0	0	0
Item: Guatemala	0	0	0
Item: Guiana	0	0	0
Item: Guiana Francesa	0	0	0
Item: Haiti	0	0	0
Item: Honduras	0	0	0
Item: Ilhas Cayman	0	0	0
Item: Jamaica	0	0	0
Item: México	0	0	0
Item: Nicarágua	0	0	0
Item: Panamá	0	0	0
Item: Peru	0	0	0
Item: Porto Rico	0	0	0
Item: El Salvador	0	0	0
Item: Suriname	0	0	0
Item: Trindade e Tobago	0	0	0
Item: Uruguai	0	0	0
Item: Venezuela	0	0	0
Item: Outros países do continente americano	0	0	0
Item: Paraguai	1	0	1
Grupo: Oceania	0	0	0
Item: Austrália	0	0	0
Item: Nova Zelândia	0	0	0
Item: Outros países do continente oceania	0	0	0
Valor automático de correção de itens inconsistentes - Diferença com relação à população carcerária do	-5	0	-5
Indicador: Quantidade de Presos por Tempo Total das Penas	7.111	344	7.455
Item: Até 4 anos	558	118	676
Item: Mais de 4 até 8 anos	1.708	134	1.842
Item: Mais de 8 até 15 anos	2.052	60	2.112
Item: Mais de 15 até 20 anos	884	16	900
Item: Mais de 20 até 30 anos	1.034	13	1.047
Item: Mais de 30 até 50 anos	639	3	642
Item: Mais de 50 até 100 anos	209	0	209
Item: Mais de 100 anos	27	0	27
Indicador: Quantidade de Crimes Tentados/Consumados	16.544	823	17.367
Grupo: Código Penal	12.596	356	12.952
Grupo: Crimes Contra a Pessoa	1.931	42	1.973
Item: Homicídio Simples (Art 121, caput)	489	11	500
Item: Homicídio Qualificado (Art 121, Parágrafo 2º)	1.419	30	1.449
Item: Seqüestro e Cárcere Privado (Art 148)	23	1	24
Grupo: Crimes Contra o Patrimônio	9.635	289	9.924
Item: Furto Simples (Art 155)	1.022	41	1.063
Item: Furto Qualificado (Art 155, Parágrafo 4º e 5º)	1.845	83	1.928
Item: Roubo Qualificado (Art 157, Parágrafo 2º)	4.512	110	4.622
Item: Latrocínio (Art 157, Parágrafo 3º)	680	17	697
Item: Extorsão (Art 158)	69	12	81
Item: Extorsão Mediante Seqüestro (Art 159)	30	0	30
Item: Apropriação Indébita (Art 168)	18	1	19
Item: Apropriação Indébita Previdenciária (Art 168-A)	0	0	0
Item: Estelionato (Art 171)	150	9	159
Item: Receptação (Art 180)	575	8	583
Item: Receptação Qualificada (Art 180, Parágrafo 1º)	61	1	62
Item: Roubo Simples (Art 157)	673	7	680
Grupo: Crimes Contra os Costumes	520	5	525
Item: Estupro (Art 213)	291	2	293
Item: Atentado Violento ao Pudor (Art 214)	206	2	208
Item: Corrupção de Menores (Art 218)	23	1	24
Item: Tráfico Internacional de Pessoas (Art 231)	0	0	0

Item: Tráfico Interno de Pessoas (Art 231-A)	0	0	0
Grupo: Crimes Contra a Paz Pública	327	5	332
Item: Quadrilha ou Bando (Art 288)	327	5	332
Grupo: Crimes Contra a Fé Pública	134	15	149
Item: Moeda Falsa (Art 289)	14	0	14
Item: Falsificação de Papéis, Selos, Sinal e Documentos Públicos (Art 290)	19	3	22
Item: Falsidade Ideológica (Art 299)	16	8	24
Item: Uso de Documento Falso (Art 304)	85	4	89
Grupo: Crimes Contra a Administração Pública	5	0	5
Item: Peculato (Art 312 e 313)	5	0	5
Item: Concussão e Excesso de Exação (Art 316)	0	0	0
Item: Corrupção Passiva (Art 317)	0	0	0
Grupo: Crimes Praticados Por Particular Contra a Administração Pública	44	0	44
Item: Corrupção Ativa (Art 333)	11	0	11
Item: Contrabando ou Descaminho (Art 334)	33	0	33
Grupo: Legislação Específica	3.948	467	4.415
Item: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)	3	16	19
Item: Genocídio (Lei 2.889 de 01/10/1956)	1	0	1
Item: Crimes de Tortura (Lei 9.455 de 07/04/1997)	5	2	7
Item: Crimes Contra o Meio Ambiente (Lei 9.605 de 12/02/1998)	3	3	6
Item: Lei Maria da Penha - Violência Contra a Mulher (Lei 9.605 de 11.340 de 1998)	77	9	86
Grupo: Entorpecentes (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	2.331	402	2.733
Item: Tráfico de Entorpecentes (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)	2.317	398	2.715
Item: Tráfico Internacional de Entorpecentes (Art. 18 da Lei 6.368)	14	4	18
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)	1.528	35	1.563
Item: Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Permitido (Art. 14)	1.422	14	1.436
Item: Disparo de Arma Fogo (Art. 15)	9	3	12
Item: Posse ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito (Art. 16)	96	18	114
Item: Comércio Ilegal de Arma de Fogo (Art. 17)	0	0	0
Item: Tráfico Internacional de Arma de Fogo (Art. 18)	1	0	1
Indicador: Quantidade de Presos por Faixa Etária	8.469	509	8.978
Item: 18 a 24 anos	2.871	153	3.024
Item: 25 a 29 anos	2.409	124	2.533
Item: 30 a 34 anos	1.528	93	1.621
Item: 35 a 45 anos	1.310	100	1.410
Item: 46 a 60 anos	286	36	322
Item: Mais de 60 anos	26	0	26
Item: Não Informado	11	3	14
Valor automático de correção de itens inconsistentes - Diferença com relação à população carcerária do	28	0	28
Indicador: Quantidade de Presos por Cor de Pele/Etnia	8.469	509	8.978
Item: Branca	2.154	102	2.256
Item: Negra	1.121	106	1.227
Item: Parda	4.983	301	5.284
Item: Amarela	38	0	38
Item: Indígena	0	0	0
Item: Outras	145	0	145
Valor automático de correção de itens inconsistentes - Diferença com relação à população carcerária do	28	0	28
Indicador: Quantidade de Presos por Procedência	96	503	599
Item: Área Urbana - Municípios do Interior	30	70	100
Item: Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	66	433	499
Item: Zona Rural	0	0	0
Indicador: Situação/Regime (Reincidência)	-	-	-
Item: Presos Provisórios (com apenas um processo/inquérito)	-	-	-
Item: Presos Provisórios (com dois ou mais processos/inquéritos)	-	-	-
Item: Presos Condenados (com apenas uma condenação)	-	-	-
Item: Presos Condenados (com duas ou mais condenações)	-	-	-
Item: Presos Provisórios e Condenados ao mesmo tempo	-	-	-
Item: Presos que têm registro(s) pretérito(s) de prisão	-	-	-
Categoria: Tratamento Prisional	Masculino	Feminino	Total
Indicador: Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo	582	67	649
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	278	7	285
Item: Parceria com Órgãos do Estado	304	60	364
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	0	0	0
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	0	0	0
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	0	0	0
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	0	0	0
Indicador: Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Interno	1.190	177	1.367
Item: Apoio ao Estabelecimento Penal	1.063	151	1.214
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	0	0	0
Item: Parceria com Órgãos do Estado	127	3	130
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	0	0	0
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	0	23	23
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	0	0	0
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	0	0	0
Indicador: Quantidade de Leitos	0	14	28
Item: Leitos para Gestantes e Parturientes	0	14	14
Item: Leitos Ambulatoriais	0	0	0
Item: Leitos Hospitalares	0	0	0
Item: Leitos Psiquiátricos	0	0	0
Item: Leitos em Bercários e Creches	0	14	14

08/11/2010 14:43

R009 - Página 4 de 5

Indicador: Quantidade de Presos Envolvidos em Motins ou Rebeliões	0	0	0
Item: Regime Fechado	0	0	0
Item: Regime Semi-Aberto	0	0	0
Item: Regime Aberto	0	0	0
Indicador: Quantidade de Presos em Atividade Educacional	1.154	248	1.402
Item: Alfabetização	183	50	233
Item: Ensino Fundamental	669	117	786
Item: Ensino Médio	200	81	281
Item: Ensino Superior	13	0	13
Item: Cursos Técnicos	89	0	89
Indicador: Saídas do Sistema Penitenciário	421	97	518
Item: Fugas	38	2	40
Item: Abandonos	0	0	0
Item: Alvarás de Solturas/Hábeas Corpus	57	91	148
Item: Transferências/Remoções	324	4	328
Item: Indultos	0	0	0
Item: Óbitos Naturais	1	0	1
Item: Óbitos Criminais	1	0	1
Item: Óbitos Suicídios	0	0	0
Item: Óbitos Acidentais	0	0	0

ANEXO C - Dados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNOS – GCI



OFICINAS DE TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS - SETEMBRO 2010

OFICINAS	ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS											
	CDP		CIR		CPP		PDF I		PDF II		PFDF	
	Vagas	Trab.	Vagas	Trab.	Vagas	Trab.	Vagas	Trab.	Vagas	Trab.	Vagas	Trab.
Costura Industrial	-	-	-	-	-	-	40	17	-	-	30	-
Serigrafia	-	-	10	0	-	-	15	13	-	-	-	-
Fábrica de Bolas e Materiais Esportivos	-	-	20	12	-	-	-	-	20	17	-	-
Marcenaria	-	-	12	10	-	-	-	-	20	19	-	-
Funilaria	-	-	10	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Panificação	-	-	25	16	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnicas Agrícolas	-	-	30	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Patchwork	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	22
Alfataria	-	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecânica	-	-	10	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Reciclagem de papel, Decopagem/ Cartonagem (ATP/PFDF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	8
Horta (ATP/PFDF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	15
Fábrica de Sabão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	19
TOTAL	-	-	122	74	0	0	55	30	40	36	115	64
CLASSIFICAÇÃO INTERNA	135		277		72		346		350		159	

ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA
Delegado de Polícia da PCDF
Subsecretário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNOS



QUADRO DEMONSTRATIVO DE EDUCAÇÃO - SETEMBRO 2010

EP'S	CDP		CIR		CPP		PDF I		PDF II		PDF F	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
ALFABETIZAÇÃO	22	0	12	0	34	0	115	0	0	0	-	50
ALFABETIZAÇÃO DIGITAL	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAMENTAL	64	0	144	0	121	0	168	0	179	0	-	117
MÉDIO	20	0	22	0	62	0	68	0	29	0	-	81
SUPERIOR	0	0	0	0	12	0	1	0	0	0	-	-
VESTIBULANDO	0	0	8	0	-	0	0	0	4	0	-	-
OUTROS CURSOS	0	0	78	0	50	0	20	0	-	0	-	-
TRABALHAM E ESTUDAM	7	0	20	0	-	0	0	0	21	0	-	-
TOTAL	106		271		279		372		212		248	

Brasília, 25 de outubro de 2010.

LEUTON RODRIGUES DA SILVA
Gerência de Controle de Internos - GCI/SESPE



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNOS – GCI



QUADROS DEMONSTRATIVOS

CÚTIS	ESTABELECIMENTOS PENAIS					
	CDP	CIR	CPP	PDF I	PDF II	PFDF
						M F
Branca	410	335	278	600	508	23 102
Negra	302	141	108	281	273	16 106
Parda	995	779	514	1.360	1.278	57 301
Amorela	7	7	1	15	8	0 0
Indígena	0	0	0	0	0	0 0
Outras	79	0	23	43	0	0 0
TOTAL	1.793	1.262	924	2.299	2.067	96 509

FAIXA ETÁRIA	ESTABELECIMENTOS PENAIS					
	CDP	CIR	CPP	PDF I	PDF II	PFDF
						M F
Entre 18 e 24	820	242	490	666	638	15 153
Entre 25 e 29	426	390	261	676	632	24 124
Entre 30 e 34	260	298	67	499	387	17 93
Entre 35 e 45	245	260	97	361	314	33 100
Entre 46 e 60	30	64	4	92	90	6 36
Acima de 60	5	8	4	2	6	1 0
Não Informado	7	0	1	3	0	0 3
TOTAL	1.793	1.262	924	2.299	2.099	96 509



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNOS – GCI



ENSINO NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS - SETEMBRO 2010

Horário das Aulas: Matutino das 9 às 12 horas; Vespertino das 13 às 16 horas.

CURSOS	ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS											
	CDP		CIR		CPP		PDF I		PDF II		PFDE	
	Vagas	Estud.	Vagas	Estud.	Vagas	Estud.	Vagas	Estud.	Vagas	Estud.	Vagas	Estud.
Alfabetização/EJA – Ensino Fund./Médio/ Alfabetização Digital (48 Salas de Aula)	126	106	400	200	240	217	373	349	265	212	225 (25 ATP)	225 (25 ATP)
	03 salas		08 Salas		06 Salas		12 Salas		12 Salas		06 Salas (01 ATP)	
Curso Pré-Vestibular	-	-	25	8	-	-	0	0	0	0	-	-
Informática	20	0	90	69	60	0	20	20	20	18	20	20
(SECONCI)-PDFII (07 Laboratórios)	01 Sala		02 Salas		01 Sala		01 Sala		01 Sala		01 Sala	
DE/DIGITAL SIA	-	-	-	-	50	50	-	-	-	-	-	-
Artes Cênicas	-	-	15	8	-	-	0	0	-	-	-	-
Violão	-	-	10	0	-	-	-	-	-	-	12	12
Assistente de Vendas	-	-	-	-	-	-	25	0	-	-	0	0
Assistente de	-	-	-	-	-	-	25	0	-	-	0	0
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manicure	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Cabeleireira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Reintegração Social	-	-	-	-	30	10	-	-	-	-	-	-
TOTAL	146	106	540	285	380	277	443	369	285	230	287	287

ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA

Delegado de Polícia da PCDF

Subsecretário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
GERÊNCIA DE CONTROLE DE INTERNOS



QUADRO DEMONSTRATIVO DE TRABALHO NOS EP'S - SETEMBRO 2010

ESTAB. PENAL	INTERNO		EXTERNO		TOTAL
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
CDP	135	0	0	0	135
CIR	277	0	0	0	277
CPP	72	0	608	0	680
PDF I	346	0	0	0	346
PDF II	350	0	0	0	350
PFDF	0	177	1	67	245
TOTAL	1180	177	609	67	2033

Brasília, 25 de outubro de 2010.

LEUTON RODRIGUES DA SILVA

Gerente de Controle de Internos - GCI/SESIPE